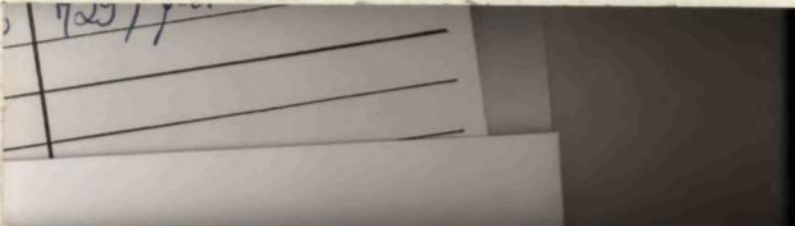


CIBEC/INEP



B0007221

BBE



MEC

8=6)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O PROJETO PRINCIPAL
EM EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA E O
CARIBE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O PROJETO PRINCIPAL EM
EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE.

BRASÍLIA, 19 - 21 DE AGOSTO DE 1981.

RELATÓRIO FINAL
(VERSÃO PRELIMINAR)

Presidente da República Federativa do Brasil

JOÃO FIGUEIREDO

Ministro da Educação e Cultura

RUBEM LUDWIG

Secretario Geral SÉRGIO
MÁRIO PASQUALI

Secretário de Assuntos Internacionais
JOSÉ MARCUS VINÍCIUS DE SOUSA

- Secretaria Geral
Esplanada dos Ministérios - Bl. L - 7º andar
CEP - 70.047 - BRASÍLIA - DF.

- Secretaria de Assuntos Internacionais
Esplanada dos Ministérios -Bl. L - 2º andar
CEP - 70.047 - BRASÍLIA - DF

SUMARIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	Pág.
PARTE I - ASPECTOS GERAIS	6
1. ANTECEDENTES	6
2 . OBJETIVOS 3.	
ORGANIZAÇÃO	7
PARTE II - DESENVOLVIMENTO	7
1. PROJETO PRINCIPAL	10
2. POLÍTICA EDUCATIVO-CULTURAL BRASILEIRA	
3. OUTROS PROGRAMAS E INVESTIMENTOS	11
4. COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	18
5. ESTRATÉGIAS NACIONAIS	28
	50
PARTE III - ENCERRAMENTO	64
ANEXO - I. AGENDA DOS TRABALHOS	
ANEXO - II. PARTICIPANTES	68
	7
	1
	73

APRESENTAÇÃO

O Seminário Nacional sobre o Projeto Principal, em Educação para a América Latina e o Caribe realizado em Brasília, pelo Ministério da Educação e Cultura, no período de 19 a 21 de agosto de 1981, constituiu o primeiro evento desenvolvido por um país da Região, em resposta as recomendações da Reunião Regional Intergovernamental de Quito, promovida pela UNESCO, de 06 a 10 de abril de 1981. Nesta Reunião foram definidos os objetivos específicos do Projeto Principal relativos a:

- . assegurar a escolarização antes de 1999 a toda a população em idade escolar e oferecer-lhe uma educação geral mínima de 8 a 10 anos;
- . eliminar o analfabetismo antes do fim do século e desenvolver e ampliar os serviços educativos para os adultos;
- . melhorar a qualidade e a eficiência dos sistemas educativos através da realização das reformas necessárias.

Participaram do Seminário Nacional representantes da UNESCO, instituição sob cujos auspícios vem sendo elaborado o Projeto Principal, e representantes de diversos setores do Governo brasileiro, quais sejam Educação e Cultura, Relações Exteriores, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Saúde, Trabalho, Agricultura, Previdência Social e Interior.

Este documento sintetiza, na Parte I, os aspectos gerais relativos aos antecedentes, objetivos e organização do Seminário; na Parte II, registra as principais colocações referentes aos temas abordados, e, na Parte III, apresenta a posição brasileira frente ao Projeto Principal., consubstanciado no pronunciamento final do Secretário-Geral do Ministério da Educação e \Cultura.

PARTE I - ASPECTOS GERAIS

1 - ANTECEDENTES

1.1 - O Projeto Principal em Educação para a América Latina e o Caribe fundamenta-se nos resultados de reuniões de caráter inter governamental realizadas pela UNESCO, dentre as quais merecem destaque as seguintes:

- Conferência Regional de Ministros de Educação e de Ministros de Planejamento Econômico dos Estados Membros da Região da América Latina e do Caribe, celebrada em dezembro de 1979, na Cidade do México, que aprovou a Declaração do México;
- 21. Sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em Belgrado, no período de setembro a outubro de 1980, que aprovou a Resolução 01/07 relativa ao Projeto Principal;
- Reunião Regional Intergovernamental sobre os objetivos, as estratégias e as modalidades de ação de um Projeto Principal na esfera da educação para a Região da América Latina e o Caribe, realizada em Quito da 06 a 10 de abril de 1981.

1.2 - A Reunião Regional Intergovernamental de Quito visou a examinar o alcance do Projeto Principal em relação a Declaração do México e à Resolução 01/07 e, em especial, os objetivos gerais e específicos, as estratégias e as modalidades de ação do Projeto Principal.

1.3.- As recomendações resultantes da Reunião de Quito reiteram as finalidades do Projeto Principal e sua contribuição para o desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe, bem como estabelecem os objetivos educacionais específicos, as populações prioritárias, o caráter interdisciplinar e intersetorial

do processo educativo global, as fases e os mecanismos de ação e a cooperação subregional, regional e internacional cuja definição constitui um requisito prévio para a implementação do Projeto Principal.

2 - OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

2.1 - A retomada, em nível nacional, do exame do Projeto Principal, refletiu a necessidade de formar uma base referencial para os órgãos e setores diretamente envolvidos na sua temática, bem como de divulgar a natureza e a dimensão do Projeto, sensibilizando os formadores de opinião com interesses em sua diversificação da área de atuação.

2.2 - Foram definidos como objetivos específicos do Seminário os seguintes:

- apresentar e analisar os objetivos e as linhas gerais de atuação propostos para o Projeto Principal, no contexto da política educativo-cultural do País;
- oferecer subsídios à definição de estratégias e mecanismos para a preparação e execução do Projeto Principal, no plano nacional e internacional.

3 - ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

3.1 - Na fase de preparação do Seminário, a Secretaria de Assuntos Internacionais do MEC realizou reuniões com representantes dos diversos órgãos do Ministério da Educação e Cultura, diretamente relacionados com os objetivos do Projeto, do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e de outros órgãos a seguir indicados, visando a definir e/ou clarificar os objetivos, a dinâmica do Seminário, a participação de cada um dos órgãos, bem como a difundir as ideias centrais relativas ao Projeto Principal, expressas nas Recomendações de Quito.

3.2-0 Seminário contou com a participação de dirigentes e/ou representantes dos seguintes órgãos da Administração Federal:

- Ministério da Educação e Cultura
- Ministérios das Relações Exteriores
- Secretaria de Planejamento da Presidência da República
- Ministério do Trabalho
- Ministério da Saúde
- Ministério da Previdência e Assistência Social
- Ministério do Interior
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

3.3-0 Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura, Sérgio Mário Pasquali, presidiu à abertura do Seminário, cuja Coordenação esteve a cargo do Secretário de Assuntos Internacionais, José Marcus Vinicius de Sousa.

3.4 - Os temas abordados no Seminário foram os seguintes:

- Projeto Principal em Educação para a América Latina e o Caribe.

Expositores:

- . Sylvain Louriê - Diretor do Projeto Principal-UNESCO
- . Simon Romero Lozano - Diretor do Escritório Regional de Educação em Santiago - UNESCO
- . Albert Botbol - Chefe da Seção de Políticas Culturais UNESCO

- Política Educativo-Cultural Brasileira e o Projeto Principal.

Expositores:

- . Pedro Demo - Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Educação e Cultura - MEC

. Antonio Albuquerque Sousa Filho - Secretario de Ensino de 19 e 29 Graus - MEC . Tarcísio Delia Senta - Secretario de Ensino Superior - MEC . Péricles de Sousa Cavalcanti - Secretario de Educação Física e Desportos - MEC . Aloísio Sérgio Magalhães - Secretario de Cultura - MEC

- Outros Programas e Investimentos no âmbito do Projeto Principal.

Expositores:

. Divonzir Gusso - Coordenador Adjunto do Setor de Políticas e Programação - CNRH-SEPLAN/PR . Walter Garcia - Coordenador de Educação e Cultura

CNPq/SEPLAN/PR . Ricardo Kernane Pires - Coordenador de Desenvolvimento

Social - Ministério do Interior . Sérgio Missiagia - Coordenador do Programa de Desenvol

vimento da Zona Rural - Ministério da Agricultura .

Harley de Figueiredo Frões - Coordenador de Projetos

Específicos - Ministério do Trabalho . Antônio Carlos Azevedo - Diretor da Divisão Nacional

de Organização de Serviços de Saúde - Ministério da Saúde . Rubem Suffert - Coordenador de Assistência Social

Ministério da Previdência e Assistência Social

- Cooperação Técnica Internacional no âmbito do Projeto Principal.

Expositores:

. Francisco Soares Alvim Neto - Responsável pelo Setor UNESCO - Divisão de Cooperação Intelectual - Ministério-

rio das Relações Exteriores . Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti - Divisão de

Cooperação Científica e Tecnológica - Ministério das Relações Exteriores

- . Diógenes Walter Oliveira - Secretário-Adjunto de Cooperação Econômica e Técnica Internacional - SEPLAN/PR
 - . José Marcus Vinícius de Sousa - Secretário de Assuntos Internacionais - MEC
 - . Simon Roraero Lozano - Diretor do Escritório Regional de Educação em Santiago - UNESCO
- Estratégias Nacionais em face dos objetivos propostos pelo Projeto Principal.

Expositoras:

- . Cláudio Augusto Joaquim Moreira - Presidente do M0BRAL7 SEPS/MEC
- . Gentil Martins Dias - Secretario de Planejamento - MEC

PARTE II - DESENVOLVIMENTO

O Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, em seu pronunciamento na Sessão de abertura, destacou os objetivos do Seminário, visando a possibilitar um adequado exercício de reflexão de parte das diversas áreas com interesses diretos na temática do Projeto com vistas à sensibilização e ao envolvimento dessas áreas nos momentos subsequentes.

Ressaltou a coincidência de objetivos do Projeto Principal em Educação para a América Latina e o Caribe com a política educacional brasileira nas suas dimensões social e cultural. Nesse sentido, enfatizou o fato de que a educação básica e o desenvolvimento cultural constituem as prioridades da atual política de educação e cultura do País, voltada para as populações de baixa renda do meio urbano e rural e das regiões mais carentes.

Salientou, ademais, que o Projeto Principal corresponde a política de cooperação internacional brasileira, especialmente no que se refere as múltiplas possibilidades de cooperação com os países em desenvolvimento, existindo, no âmbito do Ministério

da Educação e Cultura, o firme propósito de apoiar as iniciativas já acordadas e uma ampla receptividade para a abertura de novas frentes de ação conjunta.

Após o pronunciamento de abertura do Secretário-Geral, os trabalhos tiveram continuidade com a abordagem dos seguintes temas:

1 - PROJETO PRINCIPAL EM EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

1.1 - Ao abordar os aspectos gerais relativos ao Projeto Principal, o Diretor do Projeto Principal, Sylvain Lourié, agradeceu, em nome do Diretor-Geral da UNESCO, ao Governo brasileiro e ao Ministério da Educação e Cultura pela realização do primeiro Seminário Nacional, que representa o primeiro passo para a consecução dos objetivos deste Projeto, a partir da Reunião de Quito. Destacou o caráter construtivo da iniciativa, perfeitamente condizente com a atitude positiva das delegações brasileiras, por ocasião da Conferência de Ministros (México) e da Reunião Intergovernamental (Quito).

O Diretor do Projeto Principal ressaltou que o Projeto não é obra da UNESCO e tampouco, um dos projetos tradicionais que, em alguns casos, as organizações internacionais desenvolvem na Região. O Projeto Principal será, na realidade aquilo que os Governos desejarem concretizar, a partir da ideia sumamente generosa, surgida na Conferência do México, que é precisamente a de eliminar uma das pragas que afetam o mundo de hoje, a ignorância. Advertiu, ainda, que o Projeto Principal nasceu há alguns meses e no momento tem mais a luz da esperança, a luz da vida do que um corpo e uma vida efetiva e concreta, como seria desejável.

Destacou, a seguir, os quatro aspectos que fazem do Projeto Principal uma proposta promissora, realista e que talvez possa transformar-se numa realidade espetacular dentro de alguns anos. O primeiro aspecto é a clara definição do Projeto através de seus objetivos, quais sejam: voltar-se para a eliminação do analfabetismo, especialmente das populações marginalizadas por

motivos de ordem cultural, econômica ou linguística; oferecer possibilidade de extensão de uma educação básica geral, igualmente sem prescrições (para certos países, quatro anos consecutivos de educação primária no meio rural corresponderiam quase a um milagre; para outros, oito, nove ou dez anos poderiam ser alcançados em um período de dez, quinze ou vinte anos); assegurar que os esforços no campo da alfabetização e da extensão da educação básica geral reflitam a realidade dos países.

A segunda característica do Projeto Principal é não propor metas e objetivos globais, ao nível da Região. Somente os Governos poderão definir seus objetivos, suas metas e suas atividades no marco dos três objetivos nele estabelecidos. Seminários, como este propiciam o desenvolvimento de uma linguagem única entre os países e uma metodologia comum através do processo de cooperação técnica horizontal.

O terceiro ponto característico do Projeto é a interdisciplinaridade, sendo portanto fundamental a presença, neste Seminário, de representantes de outros Ministérios. Obviamente, a educação não é igual à escola, e a escola não é igual apenas a professores e livros. A educação é um processo sumamente mais complexo, sumamente mais aberto, que deve buscar métodos e processos que correspondam ao seu fim que é o homem.

A educação não é monopólio nem de um corpo profissional, nem de uma estrutura administrativa. Naturalmente, ao nível nacional, os Ministérios de Educação terão maior responsabilidade sobre o Projeto, mas na condição de sócios de uma empresa comum, sobre a qual não se pode falar em termos estritamente verticais, estruturais e conservadores.

A quarta característica do Projeto Principal é a cooperação horizontal. Não se trata mais de esperar que a UNESCO, por possibilidades totalmente mágicas, utópicas e profundamente irrealistas, disponha de recursos suficientes para complementar os esforços nacionais. O trabalho da UNESCO consistira precipuamente em facilitar contatos e experiências entre países da Região e acesso a informações de realidades extra-regionais.

1.2-0 Diretor do Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe, da UNESCO, Simón Romero Lozano, desenvolveu outras considerações gerais sobre o Projeto, afirmando que os detalhes do mesmo, os mecanismos a serem adotados em nível nacional, regional e internacional, terão que evoluir com o passar do tempo, de forma dinâmica, a partir do processo de desenvolvimento social, educacional, cultural e político dos países da Região.

Ressaltou que os princípios abordados pelo Senhor Lourié, aprovados por unanimidade pelos Governos, constituem o marco de referência para a definição dos mecanismos de implementação do Projeto.

Ao apresentar o documento sobre o Projeto Principal, preparado pelo Escritório Regional, como base das discussões, o Senhor Lozano destacou os antecedentes e a origem do Projeto, quais sejam a Declaração do México e a Recomendação de Quito, e a incorporação do Projeto ao Programa de Ação Regional adotado para o Terceiro Decênio do Desenvolvimento, pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), em Montevideo,

Enfatizou que o Projeto surgiu no México, não como uma ideia de educação vista de forma isolada, mas num contexto de reflexões de Ministros de Educação e de Ministros de Planejamento Econômico, sobre o papel da educação no desenvolvimento da América Latina e na superação dos desequilíbrios sociais derivados da marginalidade, de situações de injustiça, e sobretudo relacionados com o problema da pobreza crítica.

(*) UNESCO - Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe. Projeto Principal de Educação na América Latina e no Caribe: seus objetivos, características e modalidades de ação. Santiago do Chile, 1981.

O documento aprovado em Montevideo guarda uma identidade com a Declaração do México e define, como metas dos países latino-americanos, a democratização da educação em todos os níveis, a generalização da educação básica ou primária completa para todas as crianças em idade escolar, a erradicação do analfabetismo e dos problemas que retardam o normal desenvolvimento infantil e a intensificação gradual e profunda dos programas de atendimento integral as crianças em idade pré-escolar que vivem em condições sociais desfavoráveis.

Ao abordar o segundo ponto apresentado pelo documento relativo as necessidades a que responde o Projeto Principal, o Senhor Lozano destacou que os Governos da Região demonstraram, nos últimos 20 anos, uma enorme capacidade para aumentar os investimentos e as despesas no setor educacional, que atingiu um índice de crescimento, historicamente nunca alcançado. Entretanto, apesar do esforço, não foram solucionados os problemas de equidade na educação, nem superados os desequilíbrios de oferta de oportunidades. O número absoluto de analfabetos e o mal endêmico da evasão escolar, quando se perde 50% das crianças na passagem da 1. para a 2. série, permanecem estáveis. Há mesmo uma preocupação generalizada quanto a uma possível deterioração da capacidade de desenvolver programas educacionais nos níveis básicos .

Considerados esses aspectos e os objetivos propostos já mencionados, o Projeto define como populações-meta os grupos populacionais afetados pela pobreza crítica, os quais de modo geral se radicam nas zonas rurais e urbanas periféricas; as populações indígenas que, além de sofrerem o rigor da pobreza, se sentem afetadas pela incomunicabilidade linguística; a população adulta de 15 a mais anos que não recebeu os benefícios da educação e se encontra em situação de analfabetismo; a população que se encontra na força de trabalho e que não possui o nível educativo básico elementar ou que, por falta de capacitação técnica, está mais exposta ao desemprego ou ao subemprego; os subempregados e os desempregados que, por motivos de ordem educacional e por falta de habilitação profissional, não conseguem desempenhar um papel de significação econômica no sistema produtivo; os jovens e crianças, particularmente do meio rural que, por falta de oportunidades educacionais, não puderam in-

gressar na escola ou que, por fatores escolares e/ou extra-escolares, abandonaram seus estudos; os menores de 6 anos de idade, cujas condições de nutrição e de ambiente familiar e socio-econômico são desfavoráveis as possibilidades de incorporação ao sistema educativo, de permanência no mesmo e de progresso escolar; os deficientes, aos quais se deve outorgar uma atenção integral que lhes permita incorporar-se ou reincorporar-se ao processo educativo e ao trabalho.

O Projeto Principal deverá atribuir, portanto, especial prioridade a estas populações, estimando-se que sua especificidade, o segredo de seu êxito e os seus padrões de avaliação estarão diretamente relacionados com o esforço interno dos países e de cooperação regional para avançar no atendimento às populações carentes .

Em relação ao objetivo de melhoria de qualidade, recomendado no México, e, posteriormente em Quito, um dos aspectos que merece atenção e o de como aperfeiçoar o processo pedagógico a ser aplicado no Projeto Principal. Até agora, as discussões relativas ao Projeto situaram-se ao nível dos que tomam as decisões; a esta etapa seguir-se-ão outras em que serão envolvidos planejadores e administradores, professores, diretores de escola, pais de família e comunidade. Somente quando o professor for capaz de compreender as dificuldades das populações carentes será possível elevar o nível e melhorar a qualidade da educação dessas populações .

O Projeto deverá, portanto, desencadear profundos processos de reflexão sobre os objetivos da educação, os métodos e o tipo de educador que se necessita para atendimento das populações carentes e marginalizadas. Além da mudança geral de pedagogia, destacam-se dois aspectos indicativos de qualidade: a melhoria da dimensão científico-tecnológica da educação geral e a vinculação do conteúdo da educação com a realidade cultural e ambiental dos países.

Quanto à duração e as fases do Projeto Principal, a Reunião de Quito deu ênfase à importância da fase inicial de planejamento das operações, no âmbito nacional e regional, sobre a base de estudos e diagnóstico da realidade e das necessidades educacionais

da Região (1981-1982). A esta fase de planejamento e comunicação de experiências, segue-se a etapa de execução, que compreenderia igualmente o planejamento e a avaliação.

Desta forma, correspondera aos Estados Membros da Região em preender de imediato uma dupla ação, ou seja, estabelecer um mecanismo nacional responsável pelo desenvolvimento do Projeto Principal e realizar um processo de previsão e planejamento da execução do Projeto ao nível nacional.

Em relação ao mecanismo nacional de coordenação de esforços interinstitucionais e intersetoriais e de articulação ao nível regional, a Recomendação de Quito deixa aberta a questão, cabendo a cada País definir tal dispositivo.

Os resultados dos processos nacionais de planejamento do Projeto em nível nacional e o lançamento deste com todas as suas operações de cooperação subregional, regional e internacional serão objeto de exame em reunião intergovernamental prevista para abril ou maio de 1982.

1.3 - Albert Botbol, Chefe da Seção de Políticas Culturais da UNESCO, fez uma exposição sobre as relações entre cultura e educação, destacando a importância do marco de referência cultural do processo educativo, que nos últimos 10 últimos anos permitiu um maior nível de integração da educação

como instrumento da cultura. A separação entre educação e cultura, quando se fala de interação entre cultura e educação, é acadêmica e artificial. Isto se explica historicamente pelo fato de a educação ter assumido uma importância social capital na organização das comunidades e da sociedade.

Assim, considerada a educação, não como uma finalidade, mas como um instrumento primordial no processo de desenvolvimento integral do homem e da sociedade, coloca-se o problema das finalidades da educação e dos instrumentos necessários, tais como financiamento, planejamento, programação, conteúdos educativos. No entanto, fala-se pouco do homem que é realmente o instrumento e a finalidade do processo educativo e de todo o processo de desenvolvimento, seja econômico ou político.

Falar do homem é falar de cultura, não no sentido limitado ao campo específico do estético, das belas artes, mas no sentido da diversificação de todo o processo que permite ao homem ou à comunidade autopromover-se ou auto-educar-se. Neste sentido, a educação baseia-se nas raízes e nos fundamentos culturais de sua comunidade.

As preocupações já expressas nas exposições anteriores, sobretudo em relação a busca da qualidade da educação versus os fracassos já contabilizados no sistema educativo do mundo, possivelmente decorrem do desconhecimento da importância do fenômeno cultural no processo educativo.

O Senhor Botbol ressaltou o fato de o tema do Seminário tratar de política educativo-cultural, constituindo uma das primeiras ocasiões, no plano da UNESCO, em que não se fala unicamente de educação. Da mesma forma, destacou a insistência constatada no México e em Quito quanto à multidisciplinaridade e à intersectorialidade do Projeto Principal, fundamentada numa visão integral do processo educativo. A educação tem uma responsabilidade enorme; alfabetizar, ensinar e instruir não são suficientes para a formação do homem responsável, capaz de participar da organização de sua própria vida e da vida de sua comunidade.

O problema da participação delinea a necessidade de descentralização do sistema educativo para permitir às comunidades a participação no processo de concepção e execução.

Outro problema enfatizado pelo Senhor Botbol relaciona-se com a importância, nesta Região, dos problemas vinculados à alfabetização, entendendo-se que alfabetização não quer dizer apenas ler e expressar-se, mas também a tomada de consciência pelo educando de seu próprio patrimônio cultural e a sua própria participação no esforço comum. Os fundamentos culturais da educação não podem mais ignorar a importância do patrimônio cultural.

2 - POLÍTICA EDUCATIVO-CULTURAL BRASILEIRA

2.1 - Ao referir-se às linhas gerais da política educativo-cultural brasileira, o Secretário-Geral Adjunto, Pedro Demo ressaltou que o Ministério da Educação e Cultura reconhece na sua proposta educativo-cultural sobretudo duas linhas mestras: uma social e outra cultural.

Na linha social, procura-se entender a educação como um componente da política social e a proposta educacional faz parte de um esforço integrado para a redução das desigualdades sociais e regionais. Entende-se, ainda, que o fenômeno educativo é condicionado por inúmeras outras variáveis, sendo necessário uma visão interdisciplinar integrada, socio-econômica e política, para o próprio bem da eficiência educativa.

Na ótica cultural, embora ainda pouco desenvolvida, pensa-se em compor, como deveria ser, o quadro da educação e da cultura, entendendo a cultura como o verdadeiro quadro de referência da educação. É claro que no momento atual de grande crise econômica e de dificuldade de apoio externo, o que resta certamente é reunir as forças e tentar resolver nos próprios problemas. Dentro desta perspectiva, afirmou o Senhor Pedro Demo, naturalmente nós passamos a olhar para dentro, a olhar para as nossas potencialidades. Nós nos voltamos para aquilo que construímos em nosso trajeto social e histórico. Sabemos também do risco de que esta visão cultural seja explorada indevidamente na linha de propostas que mais promoveriam o subdesenvolvimento do que o desenvolvimento. O quadro de referência cultural merece muito ser levado a sério e poderia trazer não só uma luz nova para toda a proposta educativa, como poderia levar a rediscutir, com extremo proveito concreto, conceitos muito caros do nosso desenvolvimento: o próprio conceito de desenvolver, o conceito de qualidade de vida, o conceito de instituições desejadas, o conceito de organização social e assim por diante.

Pela própria premência do momento, a política educativo-cultural no país desperta para essas necessidades e, no esforço de extrema simplificação, as preocupações mais importantes da oferta educativa do Ministério estão contidas, de alguma maneira, nas linhas social e cultural. Como se pode notar, a coincidência desta política com a expectativa da UNESCO é extremamente forte, o que levou, sem dúvida, o Brasil a ser o primeiro país a realizar um debate sobre a organização concreta do Projeto Principal. Os grandes desafios educacionais brasileiros estão exatamente nas áreas do ensino de 1º grau, da alfabetização, do pré-escolar e coincidem com a proposta do Projeto. O outro desafio é o do desenvolvimento cultural, onde certamente não se andou o suficiente.

No plano da concepção, os temas são entendidos integradamente; não há uma diferença essencial em termos das propostas de atendimento ao pré-escolar, da escolarização ao nível de 1º grau, e das políticas de alfabetização. Mesmo porque, no fundo, se trata da mesma população, do mesmo problema. É, no entanto, necessário acentuar essa concepção integrada, através de condições suficientes de articulação que assegurem o atendimento global à comunidade. Ao mesmo tempo, ressalta-se que existe uma clássica dicotomia que obstaculiza muitas vezes o bom aproveitamento dos esforços: a política social possivelmente em termos verbais é declarada prioridade, mas, em termos concretos, não o é. Esse espaço, por exemplo, de rediscussão do desenvolvimento através do conceito de cultura, de uma potencialidade incalculável, é difícil de concretizar porque o conceito de cultura ao nível do planejamento econômico é certamente um conceito extremamente residual. É necessário, portanto, ganhar esse espaço e mostrar essa integração.

2.2-0 Secretário de Ensino de 1º e 2º Graus, Antonio Albuquerque Sousa Pilho, destacou a política nacional de apoio à educação pré-escolar, calcada na participação da comunidade e com os recursos existentes na localidade (físicos e humanos), levando em consideração que existem hoje no país, aproximadamente, 24 milhões de crianças até os 7 anos de idade e reduzido percentual de atendimento pré-escolar. Especificamente na

faixa de 4 a 6 anos, a população está em torno de 10 milhões de crianças, das quais apenas 1 milhão e 300 mil estão sendo atendidas.

Em relação ao ensino regular de 1º grau, os esforços estão voltados para a expansão das oportunidades educacionais e a melhoria da qualidade, face a uma realidade de 7 milhões de crianças sem atendimento, e de 2 3 milhões de crianças atendidas em condições, nem sempre, satisfatórias. Nesse sentido, o Secretario de Ensino de 1º e 2º Graus destacou a necessidade de qualificação do professor, uma vez que dos 800 mil professores de 1º grau, quase 200 mil são professores leigos ou sem a preparação adequada para a docência. Da mesma forma, reveste-se de suma importância a qualificação do diretor e do supervisor escolar.

A regionalização do material didático constitui outro aspecto prioritário, sobretudo para os alunos do meio rural que vêm utilizando, quase sempre, material preparado para o meio urbano e para regiões desenvolvidas do país. Por outro lado, o Secretario de Ensino de 1º e 2º Graus enfatizou a preocupação do Ministério da Educação e Cultura em assegurar uma infra-estrutura de apoio social ao sistema de aprendizagem, abrangendo a merenda escolar e a assistência médica e odontológica.

2.3-0 Secretario do Ensino Superior, Tarcísio Delia Senta, ao abordar as diretrizes nacionais do ensino superior, ressaltou o intensivo esforço que vem sendo feito pela Secretaria do Ensino Superior e pelas Universidades com vistas a um maior envolvimento com as diretrizes básicas e as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura.

A Secretário de Ensino Superior apresentou cinco formas concretas de operacionalização das ações da universidade em apoio a educação básica e ao desenvolvimento cultural, demandando a atenção para os riscos a evitar, no sentido de tornar a ação da universidade eficaz em relação à política educativo-cultural.

Em primeiro lugar, destacou a atuação direta da universidade junto à população adulta carente, as comunidades carentes e a população atendida pelo ensino de 1º e 2º graus, que assume diferentes características de acordo com a região ou mesmo com a universidade. O Projeto Rondon constitui um exemplo desse tipo de atuação, envolvendo estudantes universitários, que prestam sua colaboração às comunidades, nas diferentes áreas de atividades, quer sejam agrícolas, culturais, de ensino e outras. Além do Projeto Rondon, todas as formas de estágios representam uma atuação direta a ser estimulada, mas que correm o risco de assumir um caráter assistencialista, ou, ainda, intervencionista, rompendo com as bases culturais. A atuação direta da universidade de forma adequada constitui, portanto, um dos pontos de preocupação.

A segunda forma concreta de ação é a preparação de pessoal para as formas de educação que possam existir, formais ou não formais, de 1º e 2º graus. Nesse sentido, há uma série de ações em curso, decorrentes das prioridades estabelecidas pelo MEC, articuladas com a Secretaria de 1º e 2º Graus, visando à revisão dos currículos de pedagogia e das licenciaturas. Nesta linha, corre-se o risco da padronização da formação dos professores, que não atenda às peculiaridades dentro de região do País e surge a dificuldade de escolha dos professores.

A terceira forma de atuação é a pesquisa. A universidade tem por essência uma preocupação com o conhecimento, em fazer avançar o saber em todos os seus campos. Na área da educação e cultura, ao mesmo tempo que ela critica e avalia a qualidade da educação, pode cair numa pesquisa extremamente acadêmica, alheia às questões concretas. Daí a necessidade de ir sistir junto a universidade para que a pesquisa seja relevante, sem cair no risco do imediatismo e tampouco sem perder o horizonte, a dimensão do longo prazo.

A quarta contribuição da universidade para a educação básica e o desenvolvimento cultural é a produção de material de

ensino-aprendizagem e de outros meios para que as populações carentes, do pré-escolar ao adulto, tenham acesso aos bens culturais, desenvolvam seus próprios valores e sua própria capacidade individual. Há exemplos concretos de envolvimento da universidade na produção para a TV e o rádio e na produção de materiais impressos e de brinquedos. O risco que se corre neste campo é o de massificar a produção em função da viabilidade econômica, despersonalizando as peculiaridades regionais brasileiras. A qualidade do material, evidentemente, tem seu custo.

A quinta forma de a universidade contribuir para a consecução dos objetivos prioritários da política educativo-cultural é credenciar as expressões culturais das comunidades onde esta inserida. Isto significa dar valor às expressões mais simples e autênticas da comunidade, preservando-as e promovendo-as. Neste caso, corre-se de um lado o risco de a universidade intervir nas expressões culturais, tornando-as eruditas e inalcançáveis à comunidade e, de outro, o da comercialização, que comumente deturpa a espontaneidade da expressão.

Para realizar todas essas ações voltadas para a educação básica, junto às populações marginalizadas, a universidade enfrenta desafios mais globais como a situação extremamente heterogênea do País, em seus aspectos culturais e econômicos, exigindo respostas individuais às peculiaridades locais e regionais e respostas de âmbito nacional e regional (latino-americano).

2.4-0 Secretário de Educação Física e Desportos, Péricles de Sousa Cavalcanti, ressaltou que as diretrizes atuais para a Educação Física e Desportos guardam coerência com as linhas prioritárias do Ministério da Educação e Cultura e estão fundamentadas na Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO, no Manifesto Mundial de Educação Física da Federação Internacional de Educação Física, no Manifesto do Desporto do Conselho Internacional de Educação Física e Desportos e no Manifesto do Fair Play.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento 1980/85, quando define a Política Setorial de Educação e Cultura, diz, textualmente:

"A política de educação, cultura e desportos, como parte da política social, se compromete a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se, preferentemente, para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja apenas função da posse econômica e do poder. Educação é direito fundamental e ação basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente em sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania."

Além disso, a política para o setor prevê:

- uma administração comprometida com a cultura brasileira, instrumento de democratização de oportunidades e de melhoria da distribuição da renda, com ênfase voltada para os objetivos de universalização do ensino básico e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento nos diversos níveis e áreas;
- a programação das atividades e projetos e o uso dos recursos disponíveis orientados para a articulação dos diversos graus de ensino, com destaque para o ensino de primeiro grau, o profissionalizante, a alfabetização e o ajustamento e dimensionamento das universidades ao mercado de trabalho e sua evolução, sem perda de suas demais responsabilidades na formação humanística e política da juventude brasileira;
- a intensificação do apoio às atividades e projetos culturais e artísticos, inclusive artesanais, particularmente no que se refere ao teatro, cinema, literatura, música nacional e artes plásticas;
- o apoio ao desenvolvimento das pesquisas, notadamente tecnológicas, com vistas às necessidades do País;

- o apoio a valorização do professor; e
- a definição do papel da escola privada no desenvolvimento da educação e da cultura do país.

E o mesmo Plano define as diretrizes para a área da Recreação, Lazer e Desportos:

"O vigoroso processo de urbanização do País, a insuficiência de espaços livres e de equipamentos, a comercialização dos respectivos serviços, as dificuldades de acesso às áreas de lazer e as formas de cultura de massa são fatores preponderantes na formulação da política de recreação, lazer e desportos voltada para o aumento do bem-estar das populações, dos estratos mais carentes.

No que tange a recreação e ao lazer, a ação do Governo contemplará: a expansão de áreas e equipamentos, especialmente as próximas de concentrações urbanas; a adaptação de áreas urbanizadas a prática do lazer; normas para a reserva de áreas e instalações de equipamentos nos programas habitacionais; a organização e motivação das comunidades para recuperação, desenvolvimento e intensificação de formas tradicionais de lazer e de uso de equipamentos; e o apoio a programas de lazer associados a programas sociais, como os dos Centros Sociais Urbanos, os da LBA e outros.

As ações a desenvolver serão coerentemente diferenciadas e concentradas no aumento das áreas disponíveis e na intensificação do uso de instalações e equipamentos, na articulação com outros programas congêneres, no desenvolvimento da legislação, do ensino e das modalidades de competição, bem como no intercâmbio e em ações que contribuam para maior autonomia financeira dos clubes".

Assim, a Educação Física e os Desportos se apresentam, sob seus numerosos aspectos, como um fenómeno social de uma amplitude e força excepcionais, bem como de uma marcante universalidade. Atingem a cada um, tanto participante como expectador dos eventos desportivos, no estádio ou numa tela de televi

são. Suas incidências sociais, económicas e mesmo políticas são numerosas e de uma dimensão considerável.

A educação deve, portanto, preparar não somente para a prática mas também para uma sã compreensão da Educação Física e dos desportos, para que se constituam em fator de bem-estar e de satisfação individual, de melhoria da qualidade da vida, de desenvolvimento da comunidade nacional e de estreitamento da cooperação e da compreensão entre os povos.

2.5-0 Secretario da Cultura Aloísio Magalhães, procurou , em sua exposição, partir de situações reais para discutir os problemas: onde esta o homem, onde esta a criança, de quem tanto falamos, onde estão os componentes da realidade que estamos empenhados em tornar mais harmônicos e mais felizes? Destacou o processo civilizatorio que curiosamente implica em aspectos profundamente contraditórios , alguns muito bons, outros muito ruins. É um processo repetitivo, que luta pela preservação e permanência e por suceder-se a si próprio num contínuo, com muita dificuldade em admitir modificações. No entanto, há momentos históricos em que o processo civilizatório tem que fazer uma opção dramática: ou ele evolui, permite mutação, ou enfrenta o risco das rupturas. O Ocidente, por exemplo, encontra-se, no momento, diante de uma dessas opções.

Em vez de falar de conceitos, o Secretário de Cultura apresentou quatro cenários do real, a fim de fundamentar as suas colocações.

O primeiro cenário refere-se a documentos antigos sobre uma série de exercícios escolares do Príncipe Dom Pedro II - O Imperador Dom Pedro II. Exercícios de caligrafia do Imperador menino, de nove anos de idade, revelando o esforço imenso para aprender a escrever bem. O exercício era formal, era para aprender a caligrafia. Mas, detrás do exercício formal havia uma frase, que repetida tantas vezes, como se fosse um anúncio de televisão comercial, acabava por "fazer a cabeça" do Príncipe. Em outras palavras, a criança diante do

seu mundo espontâneo e vivo era obrigada a sofrer o impacto reiterado de um aprendizado de como devia comportar-se diante do mundo. E as frases eram típicas: o que deve fazer um príncipe; como deve comportar-se um príncipe; quais as regras fundamentais da sociedade em que ele vivia; como perpetuar um sistema de poder etc. Vivemos ainda, todos nós debaixo da educação do príncipe. A única coisa que aconteceu foi ela se tornar um pouco mais generosa, foi abrigar a grande burguesia, foi abrigar maior número de áreas, todas elas "fazendo a cabeça" da criança.

Imaginemos o outro lado da realidade, que poderíamos chamar a educação para a liberdade que se contrapõe a educação do príncipe. A educação do príncipe vem de cima para baixo e não permite que a espontaneidade dos componentes da vida e da riqueza intuitiva da criança sigam seu curso ela é limitadora, reduzindo, sob a aparência do conhecimento acumulado, a escolha e a opção do conhecimento. Ela é basicamente teórica, preferindo o conceitual à praxis.

Já a educação para a liberdade vem de baixo para cima e é expansiva, porque permite que a criança exerça o seu mundo de fantasia, criatividade e espontaneidade. Não privilegia a teoria e sim a prática do aprendizado e as conclusões e conceitos elaborados a partir da praxis.

Na educação para a liberdade que é, na verdade a educação através do ofício, que é a educação praticada pelo artesão, por um processo direto de aprendizagem, ninguém precisa, por exemplo, de lazer, porque, na verdade, o tempo livre do cidadão livre, do cidadão harmoniosamente integrado ao seu meio ambiente, é naturalmente bem empregado. Nesse sentido, é preciso que se revejam os parâmetros enquanto tempo.

O segundo cenário real é uma publicação de importante jornal brasileiro que descrevia, para vergonha e espanto da nação, a situação do ensino primário numa região pobre do Brasil. E esse texto mostrava a precariedade do nível de esco-

laridade das professoras da escola primaria. Mas esse texto podia ter sido lido ao contrário, valorizando aquelas moças que andam 5 a 6 km a pé por dia, que ganham 2 50 cruzeiros de salário mensal para ensinar as crianças, e evidentemente ensinar os que elas sabem. Como falar de qualidade, como falar de uma serie de pontos que são importantíssimos, diante dessa realidade?

O terceiro cenário do real é parafraseado de Guimarães Rosa. É um desdobramento da história de Miguelinho, garoto frágil que não consegue progredir nos estudos, que lê com dificuldade e que fica marginalizado na classe. Um dia durante a visita a escola de um médico da região, que examina de maneira genérica os alunos daquela classe, descobre-se, que Miguelinho era míope. O esforço que o garoto fazia para aprender era determinado por um problema inteiramente estranho à sua própria vida e perfeitamente corrigível pelo processo social civilizatório. Com o uso dos óculos Miguelinho passa a ver o mundo, a janela, a casa, a mãe, o pai, o irmão, as árvores, as galinhas, o espaço na sua concreção real cultural. E não suporta mais a escola. Nos estamos em muitos casos "miopisando" as crianças, em vez de dar-lhes os possíveis óculos de ajuda.

O quarto cenário é importante e responde a uma serie de colocações trazidas neste seminário sobre o aspecto econômico ou não do bem cultural, a força criativa do processo cultural. Em 1587, o primeiro livro significativo feito no Brasil sobre o Brasil de Gabriel Soares de Souza, descreve uma fruta que se chama caju. E Gabriel Soares de Souza conta como era usado o caju pelas comunidades e descreve o processo com que se beneficia a castanha do caju, dizendo literalmente: quando se torra a castanha para dela retirar a amêndoa, sai da casca um líquido de natureza quente, que quando bate na pele queima. Em 1965, quase quatro séculos depois, o Instituto de Pesquisa de Caju da Índia publicou o livro em dois volumes, cujo título é o seguinte: "Patentes Internacionais do Líquido da Casca da Castanha do Caju". São 243

patentes distribuídas da seguinte forma: 111 americanas, 67 inglesas e outras japonesas e italianas (e o Brasil não foi sequer mencionado...) Um dos casos da ignorância, do desprezo pelos nossos bens culturais. O valor econômico desse líquido está além de 1.000 dólares a tonelada, sendo disputado pelos grandes mercados tecnológicos do mundo. Onde está a restrição de que o bem cultural economicamente é residual? Ao contrario, a trajetória do bem cultural pode levar a alternativas novas e a pontos de desenvolvimento inimagináveis.

Ao concluir, o Secretario da Cultura afirmou que o Projeto Principal será, na verdade, um Projeto Principal para a América Latina e para os países em desenvolvimento no momento em que cessarem as preocupações com conceitos, teorias e formulações, e em que os países verdadeiramente mergulhem na sua realidade e utilizem os instrumentos de que dispõem para se reimpulsionarem. Não há nenhuma restrição no sentido de fechar os países ao mundo, pelo contrário, é necessário usar adequadamente os instrumentos que a civilização oferece. Se não for dado esse passo, o Projeto será mais um projeto da educação do príncipe, da perpetuação do status, deparando-nos com os fenômenos inevitáveis de ruptura do processo civilizatório, e não com a natural e maravilhosa trajetória do tempo em que as coisas evoluem e se transformam, tornando-se verdadeiramente permanentes.

3 - OUTROS PROGRAMAS E INVESTIMENTOS NO ÂMBITO DO PROJETO PRINCIPAL

3.1 - Ao iniciar as exposições sobre a atuação de outros Ministérios no âmbito do Projeto Principal, o Coordenador Adjunto de Política e Programação Social, Divonzir Gusso, do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH), do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, destacou primeiramente a necessidade de fazer o desenvolvimento educa

tivo a partir do essencial. Nos últimos anos, em contraste com a situação atual, houve uma certa euforia, um certo otimismo levando a uma expansão do sistema educativo em meio a uma rápida expansão do sistema econômico. No caso brasileiro, a expansão educativa ocorreu no final da década de 60 até meados da década de 70 enquanto o País crescia a taxas de 11%, 12% em média. Abriram-se várias frentes em todos os setores sociais. Basicamente, a missão de prover e administrar os serviços educacionais é atribuída aos Estados e à União cabe um papel supletivo. No entanto, as fontes mais dinâmicas de recursos para a manutenção dos serviços educacionais estão a nível federal, sendo as verbas repassadas aos Estados através de programas e projetos. Assim, a política social, um dos componentes fundamentais da política de desenvolvimento, na realidade, não constitui uma política social estabelecida a priori. Ela se consolida basicamente pela agregação dos múltiplos projetos de iniciativa dos estados. Nos últimos anos, os problemas se multiplicaram tanto ao nível federal como estadual.

A sociedade brasileira enfrenta a realidade da restrição dos recursos, da contenção do crescimento, da inflação, do desequilíbrio da balança de pagamentos que têm um impacto direto sobre as políticas sociais. A política econômica de combate a inflação e de reequilíbrio das relações externas, implicando em restrições na oferta de serviços públicos, naturalmente requer a amplificação dos efeitos da política social. Como fazer isso numa época em que, principalmente, se procura reduzir o gasto público? O potencial do país em termos de recursos naturais, de capacidade industrial, de capacidade agrícola, de oportunidades de expansão de suas relações externas e da própria capacidade nacional de resolver problemas abre perspectivas positivas para o futuro.

O segundo aspecto importante para se chegar ao essencial é ter uma visão estratégica de como resolver os problemas numa época de crise. A universalização da escolarização não é uma tese nova, mas está sendo apresentada num novo con

texto, que se defronta com a necessidade de romper com o modelo de expansão da escolarização, via vulgarização da "escola do príncipe" , e com os modelos uniformes de estruturas educacionais. Estudos técnicos demonstram que as 4 primeiras séries do ensino de 1º grau constituem ainda prioridade em relação aos 8 anos de escolaridade e ao pré-escolar, num país de grande contingente populacional. A definição das prioridades reais constitui, portanto, o primeiro momento do processo, uma vez que não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Esta definição não poderá ocorrer, obviamente, -de forma centralizada.

A natural interdependência entre os problemas de saúde, de educação, de nutrição etc., não requer necessariamente um programa único, intersetorial. Torna-se necessário definir quais as populações-alvo, onde estão situadas, para que os setores competentes possam atuar com clareza de objetivos. Essa intersetorialidade deve estar orientada por uma certa flexibilidade face a heterogeneidade social, econômica e cultural do País.

A posição da Secretaria de Planejamento nesse sentido é de estimular, induzir e apoiar tecnicamente o projeto social . Uma proposta de ampla cooperação horizontal entre os países latino-americanos poderá ajudar a definir e implementar estratégias adequadas que contribuam para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

3.2 - Ao apresentar as atividades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito do Projeto Principal, o Coordenador de Educação e Cultura da Superintendência de Desenvolvimento Social do CNPq, Walter Garcia, fez as seguintes colocações:

O CNPq é órgão encarregado de coordenar, ao nível nacional, os programas e as atividades ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. No momento em que esta comemorando seus 30 anos de existência, o CNPq desenvolve va-

rios programas que têm como escopo principal a busca de maior relevância social aos produtos da investigação. Sem descurar das suas funções tradicionais de apoio ao pesquisador, ponto-chave de todo processo de descoberta do conhecimento novo, o CNPq, particularmente a partir de 1974, vem assumindo, cada vez com maior intensidade, a função de coordenação do sistema nacional de ciência e tecnologia.

A área social vem ganhando especial destaque a partir do início de 1980 quando, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento Social, o órgão assumiu um compromisso formal e explícito de apoiar mais intensamente as áreas de saúde, nutrição, trabalho, habitação e desenvolvimento urbano, educação e cultura. Neste ano e meio de existência da Superintendência de Desenvolvimento Social, inúmeras ações foram empreendidas e vários projetos, desencadeados. Para os interesses deste Seminário serão destacadas as atividades da Área de Educação e Cultura que tem uma relação mais direta com as propostas do Projeto Principal.

Como linhas gerais de planejamento, a área de educação e cultura adota os princípios estabelecidos no III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e no III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (P3DCT). Cumpre mencionar também que, como desdobramentos destes dois planos, são incorporadas as linhas mestras de trabalho do III Plano Setorial de Educação e Cultura e Desporto - (PSECD). Tanto o PND quanto o P3DCT, como orientação geral da política governamental, e o PSECD, como proposição específica da área educativa, estabelecem que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia deve estar a serviço do homem brasileiro, promovendo sua capacitação e contribuindo para a autonomia tecnológica do país. E mais: estabelece-se a responsabilidade de fazer com que a ciência e a tecnologia sejam parceiras no esforço de redução das desigualdades sociais, ainda bem salientes entre nós.

Vista nesta ótica do social, a geração do conhecimento tem a conotação de algo que deve conciliar os interesses dos pesquisadores e das áreas de conhecimento nas quais eles se inserem,

com a relevância social dos produtos obtidos na investigação. Importa pesquisar e bem, mas importa também criar condições para que este conhecimento possa penetrar todos os espaços sociais possíveis, para que ele ganhe a merecida relevância que todos buscam e para que possa também contribuir para a formação de indivíduos mais críticos e conscientes da sociedade que todos estão formando. Por este motivo, o modelo de ação do CNPq visa, fundamentalmente, a criar condições para uma articulação cada vez maior entre pesquisadores em geral, processos de difusão e apreensão dos resultados de investigação pela comunidade em geral.

Dentro destes marcos referenciais aqui esboçados, o CNPq desenvolve os seguintes programas na área de educação e cultura e que atendem perfeitamente às sugestões do item c, tópico 12, das Recomendações de Quito. Convém lembrar ainda que todas estas iniciativas são levadas adiante com a colaboração recíproca CNPq/MEC:

Programa de Educação Científica

Este programa tem como objetivo geral o estímulo e o apoio a programas e iniciativas que, a curto, médio e longo prazos, venham a concorrer para a incorporação do pensamento e do desempenho científicos aos valores culturais do povo brasileiro, visando a habilitá-lo a gerar os conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento e criticamente, incorpora-los às soluções de seus problemas de sobrevivência e de desenvolvimento social. Isto implica em: cooperar com órgãos diretores e executores de políticas educacionais do país para o aperfeiçoamento continuado da educação científica, principalmente aquela que envolve a educação básica: estimular e dar apoio às iniciativas que visem a descoberta e a orientação de vocações científicas entre os jovens e estimular, dar apoio e promover a execução de programas e projetos com vistas a difundir os achados da ciência a amplos segmentos sociais. Coerentemente com estas definições básicas, estabelecem-se subprogramas, entre os quais cumpre destacar: Educação Científica Básica; Incentivo às Vocações Científicas entre Jovens; Difusão Cien

tífica.

- Programa de Educação Tecnológica

A denominação deste programa de educação tecnológica foi adotada para indicar o comprometimento bastante forte do sistema de ensino tomando por base a formação das ciências e das técnicas, com vistas a aplicações produtivas do conhecimento. Isto significa que, sem abandonar os postulados éticos a que toda educação deve responder no processo de formação das novas gerações, acentua-se a dimensão de que o ato educativo se reforça e exalta com a dimensão da aplicação. "Aprender fazendo" é algo que a nosso ver não só contribui poderosamente para o processo de inovações tecnológicas como também para subsidiar constantes evoluções e adaptações que ocorrem no mundo produtivo. A educação tecnológica ultrapassa o limite do treinamento para atender às necessidades imediatas da empresa. Ela busca comunicar ao indivíduo aquelas posturas capazes de transformar o conhecimento em tecnologias bem como permitir uma tomada de posição em face dos avanços da civilização. O programa de educação tecnológica está desenvolvendo os seguintes subprogramas, dentre outros: Articulação entre Agências e Programas ligados ao Binômio Educação e Trabalho; Educação-Produção.

3.3-0 representante do Ministério do Interior (MINTER) , Ricardo Hemane Pires, Coordenador de Desenvolvimento Social, ao abordar as principais atividades na área da educação desenvolvidas pelo MINTER, destacou os seguintes pontos:

Pelo Decreto-Lei nº 200 de 1967, é atribuído ao Ministério do Interior a coordenação da maior parte das ações que têm em vista promover uma melhor distribuição regional do desenvolvimento brasileiro. Para esse fim, sua atuação se processa por intermédio de entidades especializadas , apoiadas muitas vezes em instrumentos de caráter especial, objetivando elevar o crescimento econômico e social de regiões deprimidas como o Nordeste e, de certa forma, o Norte e o Centro-Oeste, ao mesmo tempo que proporciona estímulos para a execução de programas em áreas com potencial econômico mais expressivo.

Assim, a atuação do Ministério do Interior circunscreve-se às áreas de:

- desenvolvimento regional;
- desenvolvimento urbano;
- atuação específica em habitação, saneamento básico , saneamento geral, meio ambiente, migrações internas , assistência e proteção ao índio, Territórios Federais e integração do universitário ao processo de desenvolvimento regional e desenvolvimento de comunidades,

Na linha de ação do desenvolvimento social, os esforços que empreende, visam a reduzir o grau de pobreza e promover a distribuição da renda, assim como a melhoria de aspectos ligados à qualidade do desenvolvimento e à participação da população no processo de decisão das ações de Governo, através principalmente dos programas de habitação, saneamento básico, saneamento geral, meio ambiente e desenvolvimento de comunidade. Por outro lado, face a organização do processo de utilização econômica e social do espaço, o Ministério propõe alternativas para a fixação produtiva das populações migrantes e potencialmente migrantes e para expansão e fortalecimento dos núcleos urbanos, assegurando, concomitantemente, melhores condições para o pequeno produtor rural.

Apesar de o MINTER não ter atribuição específica em Educação, sua atuação nos campos do desenvolvimento regional e urbano propicia a que vários de seus programas englobem ações educativas, tanto no meio rural quanto no meio urbano, ações essas desenvolvidas em articulação com os diversos Ministérios Setoriais e com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

De qualquer forma, e vasta e diversificada a atuação do Ministério do Interior no campo da educação, seja com referência ao ensino formal ou ao não-formal, seja nas zonas rurais ou nas urbanas, apresentando-se basicamente como programação complementar e não isolada dos Ministérios Setoriais, na medida em que contempla grupos de atividades integradas . Vários Programas Especiais de Desenvolvimento Regional contemplam ações na

área educativa:

- Na Amazônia, o Polamazônia, o Pronorpar e Albrás - Alu norte;
- No Nordeste, o Polonordeste e Zonas Canavieiras; Na Região Centro-Oeste, o Promat e o Programa de Região Geoeconômica de Brasília; No Sul e Sudeste, o Prodopar e o Prodenor. Todos estes programas apresentam ações de expansão e melhoria do ensino e são operacionalizados pelas Unidades da Federação.

Alem destes programas, o Programa Nacional de Migrações Internas busca proporcionar apoio básico à população migrante} o Programa de Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente objetiva atingir o ensino formal, a especialização de quadros técnicos e a educação de massa; o de Desenvolvimento Urbano consiste em incentivos às atividades universitárias e de aprimoramento profissional consolidados no Programa Integrado de Ensino e Pesquisa na Área de Desenvolvimento Urbano e Regional; o de Desenvolvimento de Comunidade tem por objetivo buscar a democratização do processo de decisão das ações previstas no âmbito desses programas e ampliar o grau de eficácia das ações, a partir das reais necessidades das populações a serem beneficiadas.

Os órgãos e entidades vinculados ao MINTER, que atuam na área de educação, são os seguintes:

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Principalmente afetas ao Departamento de Recursos Humanos, varias atividades de educação formal (treinamento de professores, construção ou recuperação de escolas, equipamento e outros) são desenvolvidas, assim como aquelas orientadas para a promoção de trabalhadores autônomos e de baixa renda, através de programas como o POLONORDESTE, Zonas Canavieiras, de Desenvolvimento Urbano etc. Ocorrem também ações sem a interveniência direta da Superintendência, por intermédio de programas do MEC que atuam no Nordeste tais co

mo: PROMUNICÍPIO, PRODASEC, PRONASEC e Programa de Pos-Graduação.

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Através de recursos orçamentários, a SUDECO busca promover e acelerar o desenvolvimento do setor educacional na região, buscando soluções para as necessidades que se fazem sentir nesta área, abrangidas por suas linhas programáticas.

SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul

Esta Superintendência participa do Programa para o Desenvolvimento de Recursos Humanos na Região de Fronteira do Brasil com o Uruguai - PRODERF, convênio assinado em 1977, com instituições de ensino superior e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Através desse programa, que tem o apoio do "Projeto Especial Multinacional de Educação - Brasil - Paraguai - Uruguai (Programa da OEA)", as citadas entidades convenientes atuam com prioridade na área educacional .

A SUDESUL iniciou em 1980 atividades de Coordenação Regional do Programa de Desenvolvimento de Comunidade do Ministério do Interior e orientou as atividades do Programa principalmente para o apoio às comunidades de pequenos produtores rurais da área da Lagoa Mirim, buscando a melhoria das condições de vida da população em todos os níveis : assistência rural, apoio técnico, crédito agrícola, criação de hortos florestais, melhorias habitacionais e de saneamento, construção e reformas de escolas, serviços de saúde etc.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, é o organismo responsável pela condução da política indigenista do Governo brasileiro. No setor educacional, atende a 15.898 crianças indígenas em 209 escolas mantidas pela FUNAI.

Além desses alunos, há um grande número de crianças indígenas, pertencentes a comunidades que estão em um grau

de aculturação com a sociedade nacional mais avançada , que frequentam escolas municipais ao lado de crianças não indígenas.

CODEVASF - Coordenação de Desenvolvimento do Vale São Francisco

São desenvolvidas atividades de: construção, reforma ou recuperação e equipamentos de prédios escolares; operação e manutenção de unidades escolares e capacitação profissional rural, especialmente com o apoio do SENAR.

PROJETO RONDON

Para o cumprimento de sua finalidade o Projeto Rondon desenvolve vários programas mobilizando estudantes universitários. Poder-se-ia dizer que todos eles se inserem no contexto da educação. Assim, existem: a Operação Nacional e as Operações Regionais, destinadas a propiciar o contato dos estudantes com comunidades carentes de áreas interioranas;

- Os campi avançados, havendo 2 2 distribuídos pelo Brasil, ligados a instituições de Ensino Superior;

- Seminários de Estudos Integrados - (Ensino Rural, Superior no Sistema Educacional Brasileiro e outros);

- Operação Mauá-Opema - que proporciona viagens de estudos com estágios de observação;

- Trabalhos técnicos com órgãos, entidades e instituições de Ensino Superior, como o Diagnostico do Ensino Municipal Rural (MEC/PRONASEC/PROJETO RONDON), cadastramento de Áreas Indígenas, entre outros;

- Ação comunitária, desenvolvida através de 78 núcleos de Ação Comunitária, atingindo uma população de 350.000 pessoas e envolvendo 4.500 universitários.

3.4 - Ao expor as principais atividades do Ministério da Agricultura (MA) na área da educação, o Coordenador de Desenvolvimento da Zona Rural, Sérgio Missiagia, ressaltou que o

MA é o órgão responsável, entre outras funções, pela condução da política de atendimento aos agricultores de baixa e média renda, como também, as suas famílias, procurando atender as suas necessidades básicas. É responsável, também, pela supervisão dos órgãos que lhe são subordinados ou vinculados. Dentre as principais ações em desenvolvimento, destacam-se:

- Participação na implantação do Programa de Ações Socio-Educativo-Culturais no Meio Rural (PRONASEC), que prevê ações conjuntas MEC/Ministério do Trabalho/MINAGRI/CNPq, visando ao desenvolvimento rural;

- Participação no desenvolvimento de Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, como por exemplo POLONORDESTE, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, voltados entre outros objetivos, para o fortalecimento da capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais;

- Execução do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR) que objetiva atender às necessidades básicas da família rural, proporcionando-lhe condições mínimas de apoio a atividade agrícola da zona rural; visa também a inibir o êxodo, mediante a criação de uma infra-estrutura mínima para apoio às famílias rurais. Através da organização comunitária e obras que atendam a necessidades fundamentais como água, educação, saúde e outros.

- Execução do programa Borba Gato-PBG, concebido com o objetivo de ampliar as ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades rurais carentes, através da valorização do homem do campo, promovendo iniciativas que elevem seus padrões de vida, renda e produção.

Para fins de operacionalização do PBG, foi firmado convênio entre o Ministério da Agricultura-MA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-UJCRA, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, Ministério do Interior MINTER e Fundação Projeto Rondon - FPRO.

Operação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural-SIBRATER, formado atualmente por 22 Empresas Estaduais, 3 Associações nos Territórios Federais e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER. A EMBRATER vem dando prosseguimento às ações de extensão rural, com destaque especial para a assistência aos pequenos e médios produtores rurais visando a produção de alimentos básicos. No âmbito das diretrizes gerais do Ministério da Agricultura, as ações desenvolvidas pela EMBRATER voltam-se principalmente para alternativas energéticas, conservação de solos, tecnologias adaptadas, treinamento de mão-de-obra rural, bem-estar social, preparação de recursos humanos.

3.5-0 representante do Ministério do Trabalho-MTb, Harley de Figueiredo Fróes, Coordenador de Projetos Específicos, destacou, em sua exposição, aspectos econômico-sociais da Política Nacional de Formação de Mão-de-Obra, as diretrizes básicas, prioridades e algumas ações desenvolvidas na área de formação profissional.

O Ministério do Trabalho, através do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, é o organismo coordenador e supervisor das atividades de formação profissional no País. Para tal fim, está definindo uma "Política Nacional de Formação de Mão-de-Obra" cujo objetivo central é estabelecer normas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento de Programas de Formação Profissional, que respondam às exigências de uma economia dinâmica, nos seus diferentes setores e regiões, atendendo às áreas prioritárias e as novas tendências e características de nossa força-de-trabalho.

O Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra é constituído pelo conjunto de órgãos do setor público ou privado, destinado a proporcionar oportunidades de formação, qualificação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento profissional ao trabalhador, em todos os níveis, com vistas a sua mais efetiva participação no processo de desenvolvimento nacional.

A Política Nacional de Formação de Mão-de-obra estabelece como objetivo prioritário a procura de meios que possibilitem, pela via da formação profissional, a redução das desigualdades na distribuição da renda, através de uma melhor compatibilização entre a demanda e a oferta de emprego face ao crescimento demográfico, o que contribuirá para melhorar o nível de bem-estar da população, tornando-a partícipe e beneficiária do processo de expansão econômica, com o conseqüente fortalecimento da sociedade brasileira.

Dentre os objetivos da Política Nacional de Formação de Mão-de-obra, destacam-se:

- Aumento de empregos estáveis e adequadamente remunerados ;
- Promoção dos indivíduos , através de melhor habilitação profissional, maior mobilidade ascendente no quadro ocupacional e aumento da produção e melhoria da produtividade dos diferentes setores da economia.

As diretrizes básicas que norteiam a Política Nacional de Formação de Mão-de-Obra são as seguintes:

- A formação profissional devera constituir-se em parte integrante da política nacional de desenvolvimento Sua contribuição torna-se-á efetiva a partir do momento em que se integrar como instrumento para a execução da política e dos programas governamentais.
- Será assegurada e estimulada a participação do trabalhador e dos empresários, através de seus órgãos de classe e de suas lideranças , na definição da política de formação da força-de-trabalho e no processo de tomada de decisões que lhes dizem respeito.
- Enfatizar-se-á a correlação entre a educação, a formação de mão-de-obra e a política de emprego.
- A capacitação de mão-de-obra deverá fundamentar-se, de um lado, na dimensão atual e futura do mercado de tra

balho, definido por áreas de concentração de produção e áreas de maior incidência da população economicamente ativa do país, e, de outro lado, na necessidade de desenvolver áreas carentes (periferias das grandes cidades, zona rural, regiões pioneiras), evitando, inclusive, que o desequilíbrio entre oferta e demanda de formação profissional represente um fator de repulsão e leve à migração e conseqüente abandono da área e da atividade rural.

- Deverão ser utilizadas metodologias e tecnologias que satisfaçam às características de regionalidade das atividades e da clientela a ser atendida.
- A FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESTARÁ SEMPRE RELACIONADA COM A EDUCAÇÃO FORMAL, ALÉM DE ORIENTAR SUAS AÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DE EXPERIÊNCIAS JÁ ACUMULADAS PELO TRABALHADOR, NUM PROCESSO DE APRENDIZAGEM PERMANENTE E DE FORMAÇÃO CONTÍNUA.
- Expandir-se-á oferta de cursos a todos os setores e atividades econômicas, inclusive as relativas ao setor informal.
- A política de formação de mão-de-obra poderá abranger a parte profissionalizante nos níveis de instrução de 1º e 2º graus, além da aprendizagem (de menores), a qualificação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento operacional. Todas essas modalidades atingirão pessoas ocupadas, bem como desempregadas.

As prioridades do SNFMO identificam-se com as prioridades de desenvolvimento econômico e social do país e estão assim definidas:

- Quanto aos setores:
 - . Qualificação de pessoal, destinada a produção agrícola para abastecimento interno e para exportação, bem como a industrialização desta produção, seu

transporte e armazenamento; lavouras para fins energéticos e sua industrialização até a geração de energia.

- . Treinamento de pessoal para Marketing, administração e controle de qualidade de produtos a serem exportados.
 - . Qualificação de trabalhadores destinados a operação, manutenção e reparação de máquinas, instalações e equipamentos.
 - . Intensificação de ações nas regiões de industrialização recente, onde a demanda consiste predominantemente em mão-de-obra qualificada ou semi-qualificada e a oferta é representada por mão-de-obra não qualificada.
 - . Intensificação de ações para atender às novas atividades surgidas principalmente como consequência da expansão da fronteira agrícola, crise energética, melhoria dos transportes, programas regionais, entre outros .
 - . Estabelecimento de mecanismos que visem ao aprimoramento dos docentes - professores, instrutores e monitores - e técnicos que já trabalham no Sistema Nacional de Formação de Mão-de-obra, e formação de novos docentes.
 - . Criação de fundo para reconversão ocupacional de mão-de-obra, em casos de urgência.
 - . Incentivo ao intercâmbio de ideias e experiências com organismos nacionais e internacionais, governamentais e privados, no campo de formação de mão-de-obra.
- Quanto às modalidades:
- . Intensificação dos programas de qualificação profissional para adultos adolescentes e de treinamento no local de trabalho.
 - . Desenvolvimento e intensificação dos programas de uni

dades móveis, sempre que as circunstâncias o recomendem.

Quanto a Métodos e Técnicas:

- . Pesquisa e desenvolvimento de técnicas de ensino a distância.
- . Pesquisa e desenvolvimento de novas metodologias de formação profissional.

Quanto à clientela:

- . Atendimento às populações de baixa renda, rurais e urbanas, através de programas especiais que visam a incorporá-las ao mercado de trabalho, constituindo, assim, um instrumento de melhoria de renda e de ascensão social para essa faixa de população.
- . Atendimento aos programas especiais lançados pelo Governo, para que a falta de qualificação profissional não se constitua em ponto de estrangulamento ao sucesso daqueles programas.

Estabelecimento de Programas especiais com o objetivo de atender a faixas da população que tradicionalmente encontram dificuldades para ingressar na força-de-trabalho, tais como pessoas que deixaram prematuramente a escola, trabalhadores de idade avançada, desvalidos físicos e mentais, migrantes.

Algumas ações desenvolvidas pelo MT3, na área de Formação Profissional que devem ser destacadas:

- . Aprendizagem metódica para os setores Secundário e Terciário da Economia:
88.000 menores (12/18 anos)
- . Projeto para o Setor Informal da Economia, onde se estima que se encontram 13 milhões de trabalhadores da área urbana, a serem atendidos pelo SENAI/SENAC e 14,7 milhões, na área rural, a serem atendidas pelo SENAR.

- . Projeto Piloto para populações de baixa renda e áreas periféricas:
Foz do Iguaçu - Paraná
- . Projeto Piloto-qualificação profissional-trabalhadores sanzonais, migrantes, estimados em 6 milhões.
- . Projeto para treinamento de Sentenciados.
- . Projeto para treinamento de Conscritos e Egressos das Forças Armadas
- . Projeto II Polo PETROQUÍMICO
- . Projeto ARTESANATO
- . Projeto MORAL
- . Projeto Educação para o trabalho na Amazônia (jovens) . Projeto POLAMAZÔNIA - Vazios demográficos

Em relação a cooperação técnica internacional, o Brasil, pioneiro em formação profissional na América Latina, participou, através do SENAI, da implantação de vários órgãos de formação profissional da América Central e do Sul.

Atualmente, vem prestando assistência técnica a países do continente africano como Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde, Moçambique, São Tomé, Nigéria e Gana, planejando e implantando Centros de Treinamento, preparando recursos humanos como administradores da formação profissional, instrutores para os diversos setores da economia, elaborando material instrucional etc.

3.6 - A atuação do Ministério da Saúde - MS, apresentada pelo Diretor da Divisão Nacional de Organização de Serviços de Saúde, António Carlos de Azevedo, está fundamentada nas seguintes diretrizes:

- adequação tecnológica, com diminuição de dependência de tecnologia de baixa utilidade social e excessivamente complexa e custosa, em benefício daquela mais racional, cultural

mente aceitável e financeiramente viável;

- participação comunitária em todas as fases do processo de prestação de serviços de saúde;

- integração preventivo-curativa e das ações de alcance individual com as de alcance coletivo;

- integração funcional das diversas agências prestadora de serviços;

- hierarquização dos serviços;

- prioridade aos cuidados primários à saúde e extensão de cobertura dos serviços as populações das periferias urbanas e às populações rurais dispersas.

Os programas prioritários na área de atenção à saúde são os seguintes;

- Extensão da Rede Básica de Serviços de Saúde, envolvendo a construção e operação de Postos de Saúde (unidades simplificadas sem médico), Centros de Saúde (unidades com médico e sem leitos) e Unidades Mistas (centros de saúde articulados a pequenos hospitais) dentro de um sistema de serviços integrados, regionalizados e hierarquizados ;

- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) com vistas:(a) à suplementação alimentar através do Programa de Nutrição em Saúde, destinado às gestantes, nutrízes e crianças de 6 meses a 7 anos de idade, cuja renda familiar se situa na faixa de 2 salários mínimos e do Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (Recife) ; (b) à racionalização do Sistema de Produção de Alimentos (Nordeste) , mediante o fortalecimento do pequeno produtor com incentivo financeiro e garantia de mercado;

- Programa Nacional de Imunização (PND, que visa ao combate e ao controle das doenças evitáveis por ação de imunizantes dentre elas: poliomielite, sarampo, difteria, coqueluche, tétano, tuberculose, meningite e raiva;

- controle de endemias tais como malária, doença de Chagas, esquistossomose, febre amarela, filariose, peste, traço ma e leishmaniose.

No campo do desenvolvimento dos serviços de saúde, o esforço principal é conduzido a, reorientação, e ao redimensionamento dos serviços de saúde, no âmbito da cooperação interinstitucional e intersetorial e da adequação das práticas adotadas, com especial atenção aos problemas que afetam maior número de pessoas e em que as técnicas disponíveis são mais eficazes e de custos menores, através da vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, sangue e hemoderivados.

Na área de ciência e desenvolvimento tecnológico, as pesquisas e outras ações estão orientadas prioritariamente, para promover a crescente autonomia nacional em equipamentos médico-hospitalares, insumos essenciais, fármacos e imunobiológicos; e para o desenvolvimento dos serviços básicos de saúde e a identificação de soluções para os problemas de saúde tipicamente nacionais, destacando-se, entre eles, as grandes endemias.

No campo dos recursos humanos, a ênfase vem sendo dada a formação de pessoal de acordo com o perfil exigido pelos serviços básicos de saúde, mediante: cursos regionalizados de Saúde Pública para profissionais ligados à rede de prestação de serviços de saúde; cursos de mestrado e doutorado em saúde pública; cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem; cursos de planejamento e administração de programas e projetos de alimentação e nutrição; programas interministeriais de preparação de material estratégico para a saúde, ao nível nacional, através da integração docente-assistencial, com a participação de Universidades e Secretarias Estaduais de Saúde; cursos e estágios nas áreas de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

3.7 - Finalmente, o representante do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS - Rubem Suffert, Coordenador de Assistência Social, apresentou as linhas gerais de atuação do Subsistema de Assistência Social do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Este subsistema é orientado e coordenado pelo MPAS, através da Secretaria de Assistência Social, a qual compete supervisionar a execu

ção da política, relativa à prestação de auxílios a pessoas carentes de recursos materiais, educacionais e/ou culturais e outras medidas de proteção social para cuja concessão não se haja exigido contraprestação direta dos assistidos, bem como os assuntos de subvenções, auxílios e isenções a entidades que atendam a essa clientela.

A programação do Subsistema de Assistência Social tem como objetivo:

- estabelecer uma política de ação conjunta para os serviços assistenciais públicos e privados, na área de atuação do MPAS, estruturando programação própria, que abrange em especial a assistência ao menor e a ação comunitária;

- promover a reorientação e expansão dos programas de assistência social, dirigindo as atividades de proteção e recuperação do menor carente e/ou infrator, de forma a eliminar as distorções do segregacionismo, enfatizando a responsabilidade social das comunidades e, sobretudo, atacando as causas do problema;

- preservar a qualidade dos serviços prestados e sua extensão a parcelas gradualmente mais amplas da população, inclusive mediante o acompanhamento técnico-financeiro dos programas, compatibilizando atividades ou clientelas quando várias entidades atuarem no mesmo programa, evitando, assim, superposição ou paralelismo de ações;

- desenvolver e fortalecer a participação da comunidade nos programas;

- traçar uma política de mobilização de meios econômicos e financeiros para a área, levando em consideração a necessidade de reavaliar os recursos existentes, a criação de estímulos para obter recursos financeiros adicionais destinados a assistência social e a adequação dos recursos financeiros existentes com a ação a desenvolver e as metas a atingir;

- promover uma política de recursos humanos para a área, estimulando os quantitativos e categorias profissio_

nais necessários aos serviços de assistência social, dando ênfase aos programas de voluntariado;

- programar sistema específico de aperfeiçoamento de recursos humanos na área social, incentivando a capacitação de pessoal auxiliar e/ou voluntariado para o desenvolvimento de ações elementares na prestação de assistência social.

O Subsistema de Assistência Social tem como órgãos executores diretos a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Igualmente são executores diretos o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e a Central de Medicamentos (CEME), quando desenvolvem programas ou atividades na área de assistência social.

Dentre os programas executados pelo MPAS, através de suas entidades vinculadas, destacam-se:

FUNABEM:

- Assistência técnica e cooperação financeira, utilizando o convênio como instrumento jurídico que estabelece as relações entre a FUNABEM e os órgãos executivos do bem-estar do menor nas U.F.,

- Promoção e integração do menor na comunidade, supervisionando os estabelecimentos que integram o Programa de atendimento direto, visando a elevação do padrão de atendimento nas áreas:

- . Sócio-Educacional
- . Apoio Comunitário
- . Administrativo

- Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal-estudo e pesquisa, documentação e informação - contribuindo para o estabelecimento de bases para uma política de prevenção e terapêutica relativa ao problema do menor.

- Centro de Aprendizagem e Trabalho - CAT

L.B.A

- COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

Constitui intervenção nutricional direta, visando a promoção da saúde do indivíduo.

- MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR

Proporciona ao menor atividades diversificadas procurando suprir as necessidades básicas da criança, de acordo com sua faixa etária.

- MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetiva atender às dificuldades econômico-social imediatas das famílias de baixa renda, prestando-lhes assistência em suas necessidades básicas: alimentação, habitação, saúde, educação e lazer.

- ASSISTÊNCIA AOS EXCEPCIONAIS

Compreende o diagnóstico, o tratamento mediante programas preventivos e terapêuticos e a adoção de medidas garantidoras de um padrão de qualidade no atendimento, de melhoria de condições técnicas e dos recursos a serem utilizados. Para efeito deste atendimento, são considerados a criança, o adolescente ou o adulto portadores de deficiências que gerem acentuado desvio em relação aos padrões médios de desenvolvimento físico, mental, sensorial e psíquico.

- INICIAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Amplia as oportunidades de promoção a uma faixa cada vez maior da população, através de programas de aprendizagem e de exercício de atividades produtivas e, também, pelo desenvolvimento de ações voltadas para a subsistência.

- MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO IDOSO

De caráter preventivo, terapêutico e promocional, visa ao atendimento das necessidades básicas da população idosa e à preparação das pessoas para o envelhecimento, propiciando integração social do idoso, sobretudo no que se refere à melhoria de condições de vida, ao fortalecimento dos laços familiares e a formação de uma atitude positiva face à velhice.

4 - COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL NO ÂMBITO DO PROJETO PRINCIPAL

4.1 - A intervenção do Senhor Francisco Alvim, responsável pe-lo Setor UNESCO, no Ministério das Relações Exteriores, objetivou analisar a cooperação internacional, a partir das colocações feitas na Reunião de Quito, quanto às suas funções e modalidades, requisitos, campos de aplicação e estruturas des-tinadas a implementá-la.

Tomando como base a concepção do Projeto Principal como articulação de esforços nacionais, subregionais, regionais e internacionais em torno dos três objetivos prioritários a serem alcançados até o final do século - generalização do período escolar de 8 a 10 anos a população infantil, eliminação do analfabetismo, elevação do rendimento e da qualidade do ensino - a cooperação internacional encontra um lugar natural no Projeto, ao situar-se como uma de suas forças propulsoras, complementar daquela derivada do esforço nacional.

Levando em consideração ainda que uma das características fundamentais do Projeto é a de conceber-se como parte do próprio processo de desenvolvimento nacional, sendo sua força motora primordial aquela que deriva do próprio esforço nacional, do conjunto de recursos que cada país consiga dedicar a superação das insuficiências no campo das três prioridades definidas, caberia, portanto, à cooperação internacional duas funções principais: em primeiro lugar, atuar como fonte complementar de recursos financeiros e técnicos; em segundo, constituir o canal privilegiado de relacionamento entre os países participantes de um projeto cuja soma final vai além do resultado obtido em cada um deles, pois desagua num amplo estuário que envolve toda a América Latina.

Com respeito às modalidades, requisitos e campos de aplicação da cooperação internacional no quadro do Projeto Principal, segundo o artigo 1º da Recomendação de Quito, essa cooperação dar-se-á na segunda etapa do Projeto, **cujo** início está previsto para abril-maio de 1982, após haver sido cumprida a primeira etapa, inteiramente dedicada ao levantamento dos componentes nacionais do Projeto.

Os primeiros agentes da cooperação seriam, naturalmente, os países, com predominância dos da região diretamente envolvidos no Projeto. O tipo de cooperação dominante deve ser a horizontal, isto é, aquela exercida pelos países em vias de desenvolvimento, uma vez que os países da área enquadram-se nessa categoria. É desejável ainda obter o máximo de cooperação dos países desenvolvidos, sempre que ela corresponda efetivamente às necessidades dos países da região e aos objetivos do Projeto.

Quanto à cooperação proveniente dos organismos multilaterais, caberia destacar, pelos vínculos especiais da Organização com o Projeto, aquela concedida pela UNESCO, que poderá cobrir, nas palavras do representante do Diretor-Geral na reunião de Quito, aspectos técnicos, metodológicos e instrumentais. Toda a estrutura regional, direta ou indiretamente vinculada à UNESCO, deve ser instada a participar do Projeto. Espera-se que a UNESCO atue como catalizador de recursos externos para o Projeto e ainda que direcione para o mesmo, recursos de seus próprios orçamentos, conforme recomendação que a Reunião de Quito fez ao Diretor-Geral da Organização. Essa talvez seja a principal tarefa da UNESCO, pois embora se reconheça que os recursos principais do Projeto devem originar-se nos próprios países, não é menos verdade que o quadro geral de carências, observado na região, requer o reforço externo para viabilizar a iniciativa.

Nesse sentido, cabe destacar que a posição da América Latina no quadro orçamentário da Organização é nitidamente inferior à de outras regiões, como a África e a Ásia. É bem verdade que essa posição deriva de uma tendência geral observada na cooperação internacional posta em prática pelos organismos multilaterais, os quais tendem a destinar maior parte de seus recursos aos países de menor desenvolvimento relativo (no PNUD a proporção de recursos concedidos a esses países já alcançou 80%). Porém, uma avaliação realista das fontes de recursos disponíveis para a execução do Projeto certamente ensejará o reconhecimento da necessidade de uma participação substancial de recursos externos e, conseqüentemente, da importância da atuação da UNESCO na captação desses recursos e de sua aplicação em atividades de cooperação horizontal entre os países da área.

Muitos outros organismos internacionais multilaterais devem ser chamados a colaborar com o Projeto, como o PNUD, a OEA, a CEPAL, para citar somente três. O representante do PNUD mencionou, na Reunião de Quito, a necessidade de os países da região indicarem a prioridade que conferem ao Projeto Principal, na preparação do terceiro ciclo de programação do PNUD; a ocasião parece oportuna para transmitir às autoridades brasileiras, com competência na matéria, a referida menção.

Dentre os requisitos básicos que devem fundamentar a cooperação internacional no âmbito do Projeto e formulados na reunião Internacional de Quito, destacam-se:

- as atividades de cooperação devem ser cuidadosamente planejadas e estruturadas, em estrita conformidade com as necessidades nacionais e objetivos do Projeto;
- essas atividades devem realizar-se através dos sistemas de órgãos governamentais constituídos nos países para promovê-las, coordenados com os que venham a criar-se com a mesma finalidade, no plano regional e internacional;
- as áreas de cooperação devem ser cuidadosamente levantadas, levando em consideração o propósito básico de atender, muitas vezes, necessidades específicas de um país. Esse ponto é de extrema importância para o Brasil, país cujas particularidades de língua, cultura e geografia conduzem à posição diferenciada no contexto dos países latino-americanos, exigindo uma análise em profundidade das modalidades de cooperação que deve conceder e receber dentro do Projeto Principal.

Seria desejável alcançar, ademais, razoáveis graus de articulação da cooperação internacional, tanto no plano bilateral - com a transferência, para o âmbito do Projeto, de atividades que os países já desenvolvam entre si - quanto ao plano multilateral - com a adoção, sempre que possível, de posições comuns dentro dos organismos internacionais.

Em relação às estruturas que devem executar a cooperação inter

nacional dentro do Projeto Principal, a Reunião de Quito recomendou fossem criados três órgãos:

- Comitê Intergovernamental do Projeto Principal, constituído pelos representantes dos países que integram o projeto;
- Dispositivo de coordenação do Projeto Principal, a ser criado no Secretariado da UNESCO;
- Coordenadoria Nacional do Projeto Principal, estabelecida em cada país.

À guisa de conclusão, vale destacar:

- Em primeiro lugar, que a cooperação internacional a realizar-se dentro do Projeto Principal deve procurar complementar, na estrita medida das necessidades nacionais e do atendimento aos objetivos do Projeto, os recursos técnicos e financeiros a ele destinados pelos países. Espera-se que a UNESCO venha a ter um desempenho particularmente significativo nesse esforço de captação de recursos.
- Em segundo lugar, que essa cooperação se fará através dos países, no âmbito de seu relacionamento bilateral e através dos organismos de cooperação internacional multilateral, obedecidas as sistemáticas nacionais que a regem.
- Em terceiro lugar, que tal cooperação será executada pela atividade coordenada dos órgãos a serem criados para operá-la nos níveis nacional, regional e internacional.

4.2 - Dando especial destaque à cooperação técnica entre os países em desenvolvimento (CTPD), o Senhor Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti, da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores, fez as seguintes colocações:

A cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD)

inscreve-se no campo geral da cooperação internacional para o desenvolvimento, dela se desdobrando e para ela convergindo. Deriva da constatação de que já existe no mundo em desenvolvimento, soma apreciável de conhecimentos e capacidades em condições de possibilitar uma cooperação mútua de real utilidade. Os benefícios desse intercâmbio são de dupla natureza: de uma parte, servirão para incorporar ao processo de desenvolvimento os conhecimentos disponíveis nos países em desenvolvimento e, de outra parte, contribuirão para modificar as tradicionais estruturas mundiais de dependência econômica e tecnológica.

A CTPD, entretanto, não deve ser encarada como uma nova versão dos programas correntes de cooperação em nível bilateral e/ou multilateral, nem como um fim em si. Trata-se de mais um meio à disposição dos países em desenvolvimento para atingir seus objetivos nacionais.

Nesse sentido, a CTPD poderá ser, em determinadas circunstâncias, uma alternativa a modalidades tradicionais de cooperação técnica internacional. Isso porque haverá situações em que ações de cooperação horizontal atenderão melhor às realidades econômicas, culturais, sociais e mesmo fiscais dos países em desenvolvimento, implantando as condições locais para criação e aperfeiçoamento de tecnologias mais adequadas.

Ê nesse contexto que vale destacar o caráter inovador da CTPD, qual seja, a eliminação dos padrões tradicionais de comportamento implícitos na relação doador-recipientário presente nos programas e projetos de natureza vertical. Na CTPD, o conceito básico é o do intercâmbio, uma vez que sempre existirá um ganho recíproco ainda que a cooperação se faça entre países do Terceiro Mundo de níveis de desenvolvimento diferentes.

O Brasil vem desenvolvendo programas de CTPD bem antes do assunto ser levado ao foro das Nações Unidas. A participação do Governo brasileiro em atividades horizontais de cooperação técnica tem sido uma constante no esforço nacional para o intercâmbio e a adaptação de tecnologias voltadas para a solução de problemas do desenvolvimento.

A experiência brasileira era CTPD iniciou-se nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, quando os conceitos de solidariedade continental despertaram os países latino-americanos para a necessidade de cooperação com o objetivo de encontrar soluções para problemas similares de desenvolvimento. A Organização dos Estados Americanos (OEA), a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (hoje, Associação Latino-Americana de Integração - ALADI), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e, mais recentemente, o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) refletem a elevada prioridade que os países latino-americanos conferem à cooperação entre os países em desenvolvimento das Américas.

Essa experiência brasileira em CTPD, bem como a de outros países em desenvolvimento que, como nós, desde cedo perceberam a importância e atualidade do tema, não poderia, porém, ficar restrita à esfera bilateral. Tornava-se premente engajar nesse esforço as Nações Unidas, cujas atividades de ajuda ao mundo em desenvolvimento muito teriam a se beneficiar com a introdução dessa modalidade nova de cooperação.

A conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires em setembro de 1978, representou a culminância de um processo de conscientização da ONU e de toda a comunidade internacional sobre a importância da contribuição da CTPD na luta em prol do desenvolvimento. Sua ampla promoção é um compromisso assumido por todos os que participaram daquele importante evento.

Cabe aqui destacar um aspecto da CTPD ao qual o Governo brasileiro atribui especial importância e que deverá certamente ter impacto significativo nas atividades de cooperação internacional a serem empreendidas no âmbito do Projeto Principal da UNESCO. Trata-se da necessidade de as Nações Unidas maximizarem a utilização de bens e de serviços disponíveis no mundo em desenvolvimento em projetos de cooperação técnica por ela executados e financiados.

Como se sabe, o mercado gerado pela procura de bens e de servi.

ços pelo Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas - que compreende não somente o PNUD mas também todas as agências da ONU que financiam atividades operacionais para o desenvolvimento - atinge cifras superiores a mais de 2 bilhões de dólares por ano. Ora, a convicção de que já dispõem de capacidade para suprir esse mercado com peritos, equipamentos e serviços de qualidade igual ou superior aos provenientes do mundo industrializado dá aos países em desenvolvimento o direito de insistir para que a ONU utilize mais intensamente esses insumos em contráveis no próprio mundo em desenvolvimento.

É lícito reconhecer que algum progresso tem sido alcançado nesse campo desde a realização da Conferência de Buenos Aires, mas é forçoso, por outro lado, admitir que a participação percentual dos bens e serviços contratados nos países em desenvolvimento está ainda relativamente muito aquém dos níveis em que já poderia se situar.

Cabe ao Sistema de Desenvolvimento da ONU desenvolver redobrados esforços sobre esse tema, concorrendo para derrubar barreiras de comportamento em todas as instâncias responsáveis pela situação de privilégio de que desfrutem os insumos para projetos, provenientes do mundo industrializado.

É, portanto, essencial que tanto os países participantes do Projeto quanto a UNESCO saibam aproveitar adequadamente as potencialidades existentes na região latino-americana, maximizando as oportunidades de intercâmbio de experiências e de conhecimentos nas áreas de atuação de projeto. À UNESCO, especialmente, como agente promotor e catalizador de esforços de cooperação internacional em favor do Projeto, competirá auxiliar na tarefa de levantamento daquelas potencialidades, colaborando para planejar e por em marcha atividades de cooperação que utilizem ao máximo o acervo de conhecimentos e de tecnologias já existentes na região.

Esse esforço contribuirá muito, sem dúvida, para o alcance do objetivo fundamental que é a auto-suficiência nacional e coletiva da América Latina.

Como estabelece a importante Resolução 23 do Plano de Ação de

Buenos Aires - que é o documento final da Conferência de Buenos Aires e, como querem alguns, a própria bíblia da CTPD - a ênfase da cooperação técnica internacional deverá ser posta de maneira crescente na valorização da capacidade dos países em desenvolvimento de se ajudarem uns aos outros.

4.3-0 Secretário Adjunto de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Diógenes Walter Oliveira, em complementação às exposições anteriores, destacou a competência da SUBIN, Secretaria especificamente criada para estabelecer a política de cooperação técnica e coordenar sua execução, em ação conjunta com os Ministérios setoriais.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento, que contém a orientação básica do Governo, e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que contém as diretrizes sobre ciência e tecnologia no país, constituem o marco de referência para as discussões, a nível de Governo, com os Ministérios setoriais, quando são traçadas as diretrizes a serem observadas no exame de cada projeto. Face ao conjunto das diretrizes nacionais de cooperação internacional e às possibilidades de fontes de recursos, bilateral ou multilateral, cabe à SUBIN compatibilizar as propostas e possibilidades. As dificuldades nesta área são grandes, especialmente, decorrentes da redução gradativa dos recursos para prestação de cooperação técnica ao Brasil. Exemplificando, o maior programa em desenvolvimento é o do PNUD, manteve em seu 3º ciclo de programação (82/86) a mesma cifra dos ciclos anteriores (30 milhões de dólares), enquanto a proposta apresentada pelo Brasil atingia 100 milhões de dólares.

Além da coordenação da cooperação técnica recebida do exterior, a SUBIN desenvolve 3 outros programas, objetivando:

- auxiliar internamente instituições brasileiras que necessitam receber assistência técnica, mas que não dispõem de capacidade interna de contrapartida;
- transferir internamente, entre instituições brasileiras, o acervo de cooperação externa recebida (Coopera

ção Técnica Nacional);

- cooperar tecnicamente com países em desenvolvimento -
(cooperação horizontal)

O grande problema atual consiste em criar outras opções de cooperação técnica, uma vez que todas as fontes tradicionais estão reduzindo os seus recursos ou criando condições restritivas. A cooperação entre os países em desenvolvimento, conforme enfatizada na exposição anterior, abre novas perspectivas e demanda um esforço conjunto de todos os ministérios e dos órgãos públicos no sentido de criar a mentalidade, a disposição e os recursos necessários à prestação da cooperação técnica e ao atendimento das necessidades nacionais.

4.4 - As perspectivas de ação do MEC no setor de cooperação técnica no âmbito do Projeto Principal foram abordadas pelo Secretário de Assuntos Internacionais, José Marcus Vinícius de Sousa, que teceu as seguintes considerações sobre o processo de formulação da posição nacional relativa àquele Projeto.

De início, é conveniente deixar bem clara a premissa de que as recomendações do Projeto Principal englobam diversificadas áreas de interesse social, econômico e cultural, como um reflexo mesmo da relação necessária entre educação e desenvolvimento. Assim, no que se refere às atividades preliminares que podem ser consideradas em relação à cooperação técnica no âmbito do Projeto Principal, cabe ao MEC se constituir em um ponto nuclear de articulação, com vistas a definir a posição brasileira, processando a identificação e a avaliação nos campos assinalados nas abrangentes recomendações de Quito.

Para tanto, haveria duas grandes linhas de ação. Em primeiro lugar, a apreciação da realidade brasileira, tanto no que diz respeito às suas carências quanto às suas potencialidades, com o fim de avaliar nossos interesses e nossas reais possibilidades de captação e de prestação de cooperação internacional, no contexto do desafio coletivo proposto pela educação na América Latina e no Caribe, caracterizado fundamentalmente pela necessidade de atingir os objetivos prioritários do Projeto Principal, quais sejam os de:

- assegurar escolarização, com duração de oito a dez anos, para a totalidade da população infantil;
- eliminar o analfabetismo antes do fim do século; e
- melhorar a qualidade e a eficiência dos sistemas educacionais.

Em segundo lugar, como requisito essencial de uma cooperação verdadeiramente recíproca e mutuamente enriquecedora, destaca-se o processo de identificação, captação e tramitação do interesse em estabelecer cooperação por parte de nossos possíveis e desejados parceiros. A propósito, cabe ressaltar que a cooperação seja entre países, seja entre estes e a UNESCO, tem um caráter complementar, já que a responsabilidade maior cabe a cada país em seu esforço endógeno para superar suas deficiências.

Quanto à primeira linha, ou seja, à apreciação da realidade brasileira em relação ao Projeto Principal, é importante destacar que este seminário já constitui um avanço significativo, pois, pela natureza mesma dos assuntos aqui abordados e pela diversidade e abrangência dos órgãos aqui representados, estamos formando uma base referencial de contatos e de informações, que, oportunamente, poderá ser mobilizada para implementar, em âmbito nacional, as atividades de cooperação visualizadas no Projeto Principal. Esta base referencial adquire maior relevância diante da consciência que temos de que somente através de um trabalho conjunto de natureza intersetorial e interdisciplinar teremos condições de formular respostas que, adequadamente, reflitam o interesse nacional face às propostas do Projeto Principal.

Partindo, portanto, de uma articulação, que tem seu primeiro e necessário momento no âmbito do próprio Ministério da Educação e Cultura, dada a sua abrangente e diversificada jurisdição, estamos criando condições favoráveis para que, no processo de tomada de decisões relacionadas com o Projeto Principal, haja, por parte daqueles que forem chamados a intervir, um conhecimento adequado do Projeto Principal e uma clara conceitualização de sua importância no contexto de uma política de coo-

peração educacional na América Latina e Caribe, como parte dos esforços comuns para assegurar o desenvolvimento harmônico da região.

A fim de melhor esclarecer o atual estágio da posição brasileira em relação ao Projeto Principal, é necessário considerar as etapas previstas nas recomendações de Quito (§ 1º) para sua implementação. A primeira etapa, cuja duração se estende até maio de 82, destina-se ao exame, em nível nacional, dos objetivos do Projeto Principal em relação aos da política nacional, à definição da pertinente estratégia nacional e ao início do intercâmbio de experiências através de reuniões de trabalho.

Nessas condições, com os trabalhos empreendidos neste Seminário, a primeira etapa prevista no parágrafo 1º das Recomendações de Quito está sendo coberta, sem que para tanto, neste momento, seja necessário avançar em "precipitadas quantificações", como tão bem conceituou o Senhor Secretário-Geral do MEC, quando de seu pronunciamento na abertura dos nossos trabalhos. Ademais, cabe recordar a prioridade que o Governo brasileiro atribuiu à educação básica e aos esforços a empreender neste setor, como parte da estratégia nacional para o desenvolvimento econômico e social, em que se contempla não simplesmente a consecução de metas quantitativas de fácil apreciação estatística, mas a realização de mudanças qualitativas, às vezes de difícil mensuração, mas de profundos reflexos na própria estrutura da sociedade.

No que se refere à segunda linha, ou seja, a identificação, captação e tramitação do interesse de prováveis parceiros, entramos no âmbito da matéria tratada na parte final do parágrafo 1º e no parágrafo 20 das Recomendações de Quito. Neste setor, muito temos a esperar do trabalho do Ministério das Relações Exteriores como Agente Instrumental nas Relações Bilaterais, atuando na captação e tratamento de informações, que configurem o posicionamento dos diversos países da região face ao Projeto Principal.

De importância será a contribuição que a UNESCO poderá agregar

ao processo, pois, por seu intermédio, poderemos balizar multilateralmente informações e manifestações de intenção de natureza unilateral, chegando, assim, a uma visão integrada de conjunto, o que constitui pressuposto básico para as ações de cooperação contempladas no Projeto Principal. Nesse sentido, muito apreciaríamos as informações que desde já a UNESCO possa fornecer acerca do avanço já alcançado em outros países no tratamento dos assuntos relativos ao Projeto Principal.

Por outro lado, é pertinente ponderar o papel dinâmico que pode a UNESCO desempenhar como prestadora de assessoria técnica, alocadora de recursos próprios e como captadora de recursos de outras fontes internacionais, quer sejam de natureza regional ou extra-regional, para atividades de cooperação que venham a ser acordadas como parte do Projeto Principal.

4.5-0 Senhor Simón Romero Lozano, fez algumas considerações sobre a cooperação técnica, que constitui tema central do Projeto, expressando sua enorme satisfação pela maneira como o Senhor Francisco Alvim resumiu e apresentou os pronunciamentos dos representantes dos governos em Quito, destacando uma cooperação que será de apoio, de complemento ao esforço nacional e ao esforço de cooperação entre os próprios países da Região. Neste sentido, o Projeto Principal pode ser o marco e a oportunidade para concretizar este espírito de cooperação em torno de objetivos concretos, entre países, entre grupos sub regionais dentro da Região.

Quanto à referência sobre a recomendação à UNESCO de manter contatos com organismos de cooperação técnica e financeira do sistema das Nações Unidas, da OEA e outros, o Senhor Lozano afirmou que existem planos e ações concretas com este objetivo. Em primeiro lugar, já foi iniciado o contato com a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL. Em segundo lugar, vêm sendo realizadas reuniões e discussões com o Escritório Regional da FAO, em Santiago, que desenvolve programas de educação para o desenvolvimento integrado das regiões rurais. Em terceiro lugar, a UNESCO vem dando continuidade às conversações com o Banco Interamericano - BID, prevendo-se a constituição de equipe de trabalho UNESCO/BJD para -explorar e apresen

tar um primeiro mapeamento de áreas de cooperação, no marco do Projeto Principal. Com relação à OEA, outro organismo regional de cooperação de grande importância, já existe uma comissão conjunta UNESCO/OEA, cuja próxima reunião tratará da cooperação no âmbito do Projeto. Da mesma forma, vêm sendo realizadas discussões com o Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe (Lima, Peru) e com o Escritório Regional do UNICEF (Santiago).

O Senhor Lozano destacou, ainda, que o Diretor-Geral da UNESCO acompanha muito de perto todas as operações que vêm sendo executadas nesta etapa preliminar de informação e de discussão, quanto a possível colaboração para a consecução dos objetivos propostos. A concretização, tanto da cooperação horizontal quanto da cooperação internacional, exige, no entanto, dois requisitos: o primeiro é o de que se avance o máximo e se conclua o mais rápido possível a etapa de planejamento do Projeto em nível nacional, compreendendo a identificação de suas necessidades pelos países, a formulação de suas propostas e a indicação da complementação tanto financeira como técnica de que necessitariam para a realização do Projeto em nível nacional. Cumprida esta etapa, poder-se-á realmente desencadear um processo efetivo, tanto de cooperação horizontal como de canalização, captação e articulação de recursos de cooperação internacional. O segundo requisito é o de que os próprios países organizem, captem e articulem a cooperação em nível nacional, com o apoio da UNESCO. Uma das funções do Comité Intergovernamental do Projeto Principal será, naturalmente, a mobilização, a captação e a produção da cooperação técnica tanto regional como internacional.

A etapa de planejamento culminará com a primeira reunião do Comité Intergovernamental onde serão examinados os resultados do processo de planejamento em cada país e será definido o plano de ação do Projeto em nível nacional, subregional e regional. A UNESCO está disposta a colaborar na execução desta fase, na medida em que os governos o solicitarem, sendo conveniente aproveitar a experiência e os recursos técnicos do Brasil, na tarefa a curto prazo de cooperar com os países nesta etapa inicial de planejamento.

Ao concluir, o Senhor Lozano reiterou sua satisfação e seu interesse pelas exposições relativas ao tema de cooperação técnica, especialmente a clara exposição do Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Educação e Cultura que definiu a posição das autoridades brasileiras neste momento da evolução do Projeto Principal.

5. ESTRATÉGIAS NACIONAIS EM FACE DOS OBJETIVOS PROPOSTOS PELO PROJETO PRINCIPAL

5.1-0 Presidente da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) , Cláudio Augusto Joaquim Moreira, em sua exposição, destacou a proposta do MOBRAL que, a partir de 1981, volta-se para a implementação e intensificação da nova política educacional do Ministério da Educação e Cultura. Nesse sentido, o MOBRAL reorienta seus objetivos, suas prioridades de ação. Assim, a estrutura do MOBRAL, órgão da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, seus recursos humanos e financeiros, sua experiência em trabalho com as comunidades, sua presença em todos os municípios brasileiros reorientam-se, prioritariamente, para o apoio à educação básica, em quatro áreas de ações específicas.

A primeira área compreende diversificadas ações educativas na faixa do pré-escolar, segundo os princípios de descentralização da ação educacional para as Unidades da Federação, e de integração de ações com os diversos órgãos que atuam na comunidade.

Outra área de ação tem por objetivo apoiar o atendimento da clientela na faixa de obrigatoriedade escolar. São ações que se caracterizam como uma composição com sistemas de ensino, no sentido de melhor capacitação de seus recursos humanos, ou como projetos com as secretarias estaduais e municipais de educação relativos à chamada escolar e a outros objetivos .

O terceiro grupo de ações corresponde ao ensino supletivo , onde estão contempladas as antigas prioridades do MOBRAL, ou seja, o programa de alfabetização funcional, os programas de educação continuada, os programas na área de profissionalização, autodidatismo e cultural.

O último grupo de ações correspondente às delegadas por outros órgãos setoriais do Governo, como, por exemplo, na área de saúde, que possam ser desempenhadas pelo MOBRAL.

Alem desta reorientação de prioridades, o MOBRAL redefine **sua** postura interna, procurando reduzir a ênfase em relação a metas numéricas de erradicação do analfabetismo, para buscar, efetivamente, aumentar o rendimento dos esforços realizados na educação de adultos. O MOBRAL continua atuando, prioritariamente, com as populações carentes nas zonas rurais e nas periferias urbanas, sempre numa perspectiva de participação e de engajamento das comunidades no processo educativo.

Dentre os mecanismos desenvolvidos pelo MOBRAL ressaltam-se o diagnostico municipal e o planejamento participativo, que pressupõem um processo de consulta ao nível dos grupos existentes nas comunidades em busca de um atendimento mais condizente com os anseios destas. Outro mecanismo fundamental é o da negociação: ao nível local onde efetivamente ocorre a integração das ações; ao nível das instituições estaduais, mediante a compatibilização das grandes linhas de atuação com os sistemas estaduais de ensino; ao nível federal, através da articulação com os outros órgãos, com os outros mecanismos existentes, com os outros setores, com o objetivo de buscar informações e de alocar recursos que favoreçam o nível de compatibilização e, principalmente, o nível de integração das ações.

5.2 - O Secretario de Planejamento do Ministério da Educação e Cultura, Senhor Gentil Martins Dias, apresentou em **sua** exposição considerações gerais sobre a sistemática de planejamento do Ministério da Educação e Cultura, reiterando a coincidência existente entre os objetivos nacionais relativos a educação básica e os objetivos do Projeto Principal.

Ainda que não seja este o momento de aprovação ou aceitação oficial do Projeto Principal pelo Governo brasileiro, o Secretario de Planejamento destacou como aspecto altamente positivo a coincidência de objetivos e esclareceu que os recursos, com que atualmente conta o setor educacional do País, não serão suficientes para a consecução dos objetivos do Projeto Principal no período proposto.

O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto - 1º 80-1º 85 - parte de uma metodologia de planejamento participativo e descentralizado, consideradas as dimensões e diferenças regionais brasileiras. O Projeto Principal, da mesma forma, pressupõe a necessidade de participação das diferentes instituições existentes no País voltadas para a educação, como também a descentralização de suas ações.

Visando, portanto, a contribuir para - a redução das desigualdades sociais, económicas e culturais que caracterizam a sociedade brasileira, o III PSECD busca racionalizar a aplicação dos escassos recursos disponíveis, definindo prioridades nacionais e regionais. Assim, as regiões mais pobres e, especificamente, as áreas rurais e as periferias urbanas, constituem as áreas prioritárias da política educativo-cultural brasileira.

Em primeiro lugar, dá-se ênfase a linha programática de educação no meio rural, levando-se em conta as características do meio e da clientela; a segunda linha programática, concentra-se nas periferias urbanas, ou sejam nas áreas de pobreza urbana; a terceira linha diz respeito ao desenvolvimento cultural, utilizando-se todo o equipamento educacional disponível e levando em conta as características locais e regionais; a quarta linha diz respeito à necessidade de valorização dos recursos humanos. Em termos instrumentais, dá-se ênfase ao planejamento descentralizado e participativo e a modernização técnico-administrativa, compreendendo uma melhor estruturação dos órgãos que administram a educação e o aperfeiçoamento dos métodos e processos de ensino, e difusão cultural; por ultimo, o aperfeiçoamento do sistema de captação e alocação de recursos deverá igualmente contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.

Para levar a cabo este Plano, o MEC está se organizando e elaborando uma sistemática de planejamento que visa a integrar todos os seus órgãos, numa atuação mais harmônica e mais eficiente. A sistemática de planejamento busca possibilitar a concretização dos objetivos do III PSECD, através da coordenação das ações de todos os órgãos do MEC e da ar

ticulação com os demais órgãos voltados para a educação, a cultura e o desporto, nas demais regiões do País, e nas demais esferas da administração pública.

Assim, o sistema de planejamento a ser implantado compreenderá um subsistema de programação que contém três componentes: a elaboração de políticas e diretrizes do Ministério, o estabelecimento de diretrizes para a alocação de recursos e a programação do trabalho anual do Ministério. Paralelamente, um subsistema de avaliação que compreende a avaliação da realidade setorial, a avaliação do sistema de planejamento.

De acordo com esta sistemática, a proposição de políticas, estratégias e diretrizes do Ministério estará fundamentada em subsídios levantados através de estudos e análises, da avaliação da realidade setorial e do programa de trabalho, de seminários e reuniões. Até o mês de novembro, serão fixados os tetos ou limites de despesa de cada órgão e até o mês de março próximo os programas de trabalho já estarão definidos pelos órgãos, integrando planejamento e orçamento num só processo. Desta forma, obteremos os dados essenciais para conhecimento das lacunas que existem entre necessidades de um lado e possibilidades e recursos de outro.

Esse esforço de sistematização do planejamento ao nível do Ministério, visa a consecução dos objetivos da política educativo-cultural brasileira, que em última análise, constituem também objetivos do Projeto Principal proposto pela UNESCO.

PARTE III - ENCERRAMENTO

1.1. Na sessão de encerramento, o Senhor Lourie agradeceu, em nome dos demais representantes da UNESCO, a oportunidade de participar do 1º Seminário Nacional sobre o Projeto Principal e felicitou o Ministério da Educação e Cultura pela qualidade da organização do Seminário. Ressaltou a presença de representantes de outros Ministérios, o que demonstra consciência de que a educação não é responsabilidade de uma só instituição, uma vez que não pode atingir seus objetivos e suas metas sem a intervenção e a participação das outras entidades do setor público. Destacou, ainda, a qualidade e a variedade das intervenções, bem como a constatação de que há, efetivamente, uma coincidência quase total entre os objetivos nacionais expressos no III Plano Nacional de Desenvolvimento e no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto e os objetivos principais e fundamentais do Projeto Principal.

Na certeza de que a coincidência de objetivos se traduzira em ações concretas, tanto em nível nacional como internacional, o Projeto Principal adquire vida, corpo e um significado efetivo. Assim, após o Seminário, enfatizou o Senhor Lourie, passos técnicos deverão ser dados para definir uma metodologia que permita identificar as populações prioritárias, definir as necessidades educativas, bem como mobilizar meios e recursos ao nível da comunidade, dos estados, de entidades particulares e de voluntários. Estes passos técnicos vão exigir uma certa medida de quantificação, uma certa precisão e o Brasil poderá avançar nestes termos e beneficiar outros países que realizarão, nos próximos meses, seus seminários nacionais.

1.2. O Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, Sérgio Mário Pasquali, ao encerrar os trabalhos do Seminário, concluiu que as reflexões feitas, envolvendo o conhecimento e a análise do Projeto Principal em confronto com as carências e as potencialidades da realidade nacional, ofereceram uma base referencial para definição da posição brasileira a ser oportunamente mobilizada para um trabalho conjunto de natureza intersetorial e interdisciplinar.

O Secretário-Geral considerou cumprida a primeira etapa de um processo de tomada de decisões substantivas e concretas relacionadas com o Projeto Principal.

A continuidade do processo estará comprometida com as prioridades nacionais de educação básica e de desenvolvimento cultural, através dos princípios que já norteiam nossas ações, quais sejam:

- Descentralização da administração educacional, com a consequente regionalização das ações, com o objetivo de adequar as ações educacionais às diferentes realidades culturais;
- Participação das comunidades no processo de definição e gestão das ações educacionais; e
- interação com outros setores, uma vez que a educação por si só não poderá superar os obstáculos que se antepõem a nosso desenvolvimento econômico-social e que limitam a própria ação educativa.

Destacou ainda a natureza concreta das articulações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura em seu papel de coordenador, com vistas à definição de uma posição que reflita de maneira adequada o interesse nacional face às propostas do Projeto Principal.

A partir do cumprimento das diretrizes já previstas no processo de planejamento educacional, o Ministério da Educação e Cultura estará criando condições para uma maior articulação do Brasil com o Projeto Principal.

O Secretário-Geral formulou votos para que a UNESCO, em seu papel catalizador, encontre em outros países da região, no quadro das etapas previstas nas recomendações de Quito, análogas disposições o que permitirá estabelecer a soberana harmonização das políticas educacionais, objetivo operacional básico do Projeto Principal.

Congratulou-se com os Senhores Representantes da UNESCO e dos organismos governamentais brasileiros presentes no Seminário pelos resultados alcançados, que constituem uma contribuição significativa de parte de Brasil na fase preliminar de elaboração do Projeto e que certamente representam um marco para novos avanços

.

ANEXO - I - AGENDA DOS TRABALHOS

PERÍODO: 19, 20 e 21 de agosto de 1981

LOCAL: Brasília-DF — Ministério da Educação e Cultura (Auditório do Anexo)

- OBJETIVOS:
- Apresentar e analisar os objetivos e as linhas gerais de atuação propostos para o Projeto Principal em Educação para a América Latina e o Caribe, no contexto da política educativo-cultural do País
 - Oferecer subsídios à definição de estratégias e mecanismos para a preparação e execução do Projeto Principal, no plano nacional e internacional

ÓRGÃOS

- PARTICIPANTES:
- Ministério da Educação e Cultura
 - Ministério das Relações Exteriores
 - Secretaria de Planejamento/PR
 - Ministério da Agricultura
 - Ministério da Saúde
 - Ministério do Interior
 - Ministério da Previdência e Assistência Social
 - Ministério do Trabalho
 - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO

DINÂMICA PROPOSTA:

DATA	HORÁRIO	TEMAS	ATRIBUIÇÃO
19.08	14h às 14h30m	Abertura	Secretário-Geral — Sérgio Mário Pasquali
	14h30m às 16h	Projeto Principal em Educação para a América Latina e o Caribe — Objetivos e linhas gerais de atuação	Diretor do Escritório Regional de Educação em Santiago — Simón Romero Lozano Conselheiro do Diretor-Geral para Educação — Sylvain Lourier Chefe da Seção de Políticas Culturais — Albert Botbol
	16h às 16h15m	Intervalo	
	16h15m às 18h30m	Política Educativo-Cultural Brasileira e o Projeto Principal	Secretário-Geral-Adjunto Pedro Demo Secretário de Ensino de 1º e 2º Graus — Antônio Albuquerque

DATA	HORÁRIO	TEMAS	ATRIBUIÇÃO
			Secretário e Ensino Superior — Tarcísio Della Senta. Secretário de Educação Física e Desportos — Péricles de Souza Cavalcanti Secretário da Cultura — Aloísio Sérgio Magalhães
	19h30m	Coquetel — Clube das Nações	
20.08	8h30m às 10h30m	Outros Programas e Investimentos no Âmbito do Projeto Principal	Coordenador Adjunto do Setor de Políticas e Programação Social -CNRH - Divonzir Gusso Coordenador de Educação e Cultura - CNPq - Walter Garcia Representantes dos Ministérios da Saúde, do Trabalho, da Agricultura, da Previdência e Assistência Social e do Interior
	10h30m às 10h45m	Intervalo	
	10h45m às 12h15m	Cooperação Técnica Internacional no Âmbito do Projeto Principal	Chefe da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica — MRE - Carlos Alberto Pimentel Responsável pelo Setor UNESCO - MRE - Francisco Alvim Secretário Adjunto -SUBIN - Diógenes Walter Oliveira Secretário de Assuntos Internacionais — José Marcus Vinícius de Sousa Representante da UNESCO
	14h15m às 18h30m	Estratégias Nacionais em face dos Objetivos Propostos pelo Projeto Principal'	Secretário de Planejamento/ MEC — Gentil Martins Dias Presidente do MOBREAL/ SEPS — Cláudio Augusto Joaquim Moreira Reoesentanteds UNESCO
21.08	8h30m às 10h15m	Reunião de Avaliação	Participantes do Seminário
	10h15m às 10h30m	Intervalo	
	10h30m	Encerramento	Secretário-Geral — Sérgio Mário Pasquali

ANEXO II - LISTA DE PARTICIPANTES

A) PARTICIPANTES NACIONAIS1 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA -
SECRETARIA GERAL

. Pedro Demo - Secretário-Geral Adjunto
 . Pedro Lincoln C. L. de Mattos - Secretário-Geral Adjunto
 . José Teodoro Soares - Secretário-Geral Adjunto
 . José Marcus Vinícius de Sousa - Secretario de Assuntos Internacionais . Gentil Martins Dias - Secretário de Planejamento . João Paulo Machado Peixoto - Chefe de Gabinete . José Amaral Sobrinho - Assessor Especial . Sandra Regina Ferreira Paes - Assessor Especial . Marco Antônio C. da Rocha - Assessor / SEAI . Vânia Serra - Coordenadora de Assuntos Multilaterais e Bilaterais / SEAI . Marília Miranda - Assessor responsável pelos assuntos UNESCO / SEAI . Luiz Carlos Moreira - Assessor / SEAI . Dalmo Marcelo de Albuquerque Lima - Assessor / SEAI . Joaquim Osório P. da Silva - Coordenador de Cooperação Técnica / SEPLAN . Vera Lúcia P. G. Gonzaga - Assessor de Programação/SEPLAN . Maria Sílvia Ribeiro Teodoro - Supervisor de Pesquisa / INEP . Maria Laís Guidi - Pesquisador em Ciências Sociais / INEP

- SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

. Antonio Albuquerque Sousa Filho - Secretário de Ensino de
1º e 2º Graus . Joirson
Medeiros Cunha - Subsecretario de Planejamento . Francisco
Oscar Rodrigues - Subsecretario de Ensino Regular . Marco
Antônio Veronese - Subsecretario de Ensino Supletivo .
Cândida Rosilda de Melo - Subsecretário de Apoio Técnico
Pedagógico . Cláudio Augusto
Joaquim Moreira - Presidente do MOBRAL . Lamartine P. Costa -
Assessor da Presidência do MOBRAL . Isabel de O. Bragança -
Assessor para Relações Internacio_
nais / MOBRAL . Odalea Cleide Alves
Ramos - Assessor Especial da Presidên
cia / MOBRAL . Sérgio Marinho
Barbesa - Assessor Especial da Presidência
MOBRAL . Yolanda Vettiner -
Gerente do PRONASEC/PRODASEC - em exer
cicio . Godeardo Baquero Miguel -
Consultor Acordo MEC / BIRD

- SECRETARIA DA CULTURA

. Aloísio Sérgio Magalhães - Secretário da Cultura
. Marisa P. Ricúpero - Assessor da Secretaria de Cultura

- SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR

. Tarcísio Delia Senta - Secretário de Ensino Superior .
Herbert Guarani Calhau - Subsecretário de Planejamento .
José Carlos Ferreira - Coordenador de Planejamento

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

. Péricles de Sousa Cavalcanti - Secretário de Educação
-..... Física e Desporto

. Otávio Teixeira - Subsecretário de Planejamento

- SECRETARIA DE APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS

. Paulo César de Lima Pesavento - Assessor da Secretaria de
Aplicações Tecnológicas

2 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

. Francisco Alvim - Responsável pelo setor UNESCO/DCINT .
Sérgio Cavalcanti - Divisão de Cooperação Científica e
Tecnológica.

3 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO / PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

. Diógenes Walter Oliveira - Secretário Adjunto de Coopera-
ção Econômica e Técnica / In-
ternacional / SUBIN .

Afreimar Moraes de Queiroz - Coordenador de Cooperação
Técnica Internacional / SUBIN

. Divonzir Susso - Coordenador Adjunto do Setor de Política
e Programação Social - IPEA/CNRH .

Walter Garcia - Coordenador de Educação Cultura / CNPq .

Antenor Manoel Naspolini - Assessor de Superintendência
de Cooperação Internacional /
CNPq.

4 - OUTROS MINISTÉRIOS

4.1. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

. Sérgio Missiagia - Coordenador do Programa de Desenvol-
vimento da Zona Rural . Lucimar
Batista de Almeida - Assessor da Coordenação
Geral de Programas Espe-
ciais.

4.2. MINISTÉRIO DO TRABALHO

. Maria Terezinha Galhardo de Castro - Coordenador de
Treinamento Ope

racional - Secre_ taria de Mão-de-obra . Harley de Figueiredo Frões -
 Coordenador de Projetos Espe_

cíficos

4.3. MINISTÉRIO DA SAÚDE

. Geysa de Freitas Mendonça - Diretor da Divisão Nacio
 nal de Educação e Saúde .
 António Carlos Azevedo - Diretor¹ da Divisão Nacional
 de Organização de Serviços
 de Saúde

4.4. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

. Rubem Suffert - Coordenador de Assistência Social
 . Maria Izabel Jacinto de Castro - Assessor . Glacy
 Maria Costa Vieira da Cunha - Assessor

4.5. MINISTÉRIO DO INTERIOR

. Ricardo Kernane Pires - Coordenador de Desenvolvimento
 Social 5

- OUTROS PARTICIPANTES NACIONAIS

5.1. Marco António Rodrigues Dias

5.2. Helena Barros

B) PARTICIPANTES INTERNACIONAIS 1.

UNESCO

. Sinon Ronero Lozano - Diretor do Escritório Regional de
 Educação para a América Latina e o Caribe em Santiago .
 Sylvain Lourié - Conselheiro do Diretor-Geral para Edu
 cação . Albert Botbol - Chefe da Seção
 de Políticas Culturais

. Gustavo Lopez - Representante da UNESCO / BRASIL .

Wilfried Wöll - Especialista da UNESCO / BRASIL .

Eduardo Miranda Salas - Especialista em Estatística e
Planejamento - Escritório Re-
gional da UNESCO para America
Latina e o Caribe

OUTROS ÓRGÃOS CONVIDADOS

- Peter Koenz - Representante Residente do Programa das Na-
ções Unidas para o Desenvolvimento - PNUD .

Samuel Levy - PNUD

- Aléjandro Vera Vasalo - Representante da Comissão Econômi-
ca para América Latina - CEPAL .

J. Peter Greaves - Representante do Fundo das Nações Uni-
das para a Infância - UNICEF . Carlos

D'Ávila - Representante da Organização Mundial de

Saúde - OMS . Carlos Alberto de Brito -

Representante da Organização In-

ternacional do Trabalho - OIT . Joo Chang -

Representante Adjunto do Programa Mundial de Alimentos

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)